

ÁGUAS de BRASIL

Revista editada pela REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacia - Ano 2 - Número 4



A participação Brasileira no
6º Forum Mundial da Água.



XIV ENCOB CUIABÁ

Saiba tudo sobre esse
grande Encontro em
Cuiabá -MT



6º FORUM MUNDIAL

Confira como foi
a participação
brasileira.

RIO+20 EXCLUSIVO

Fique por dentro dos avanços e desafios
do Evento.



04



6º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Objetivos, Números e Resultados;
Candidatura Brasil para o 8º Fórum Mundial.

14



RIO+20

Fique por dentro dos avanços e desafios do Rio+20

24

HISTÓRIA DE UM COMITÊ

Comitê Araguari MG.

30

AMAZÔNIA

Recursos Hídricos na Amazônia.

42



XIV ENCOB CUIABÁ

Temática, Grade e Programação.

Expediente

DIREÇÃO EXECUTIVA E
COORDENAÇÃO TÉCNICA
REBOB Rede Brasil de Organismos
de Bacias Hidrográficas.

EDIÇÃO
REBOB Rede Brasil de Organismos
de Bacias Hidrográficas.

SUPERVISÃO TÉCNICA E ARTÍSTICA
Lupercio Zirolto Antonio

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO
Excelent Midia Publicidade
+55 18.3634-1782



Rua Silveiras, 100 - 16200.028
Birigui, SP
Fone: +55-18-3642.3655
rebob@rebob.org.br
www.rebob.org.br

Editorial

O momento é de soluções!

O 6º Fórum Mundial da Água ocorrido em março na cidade de Marselha, França e a Rio+20 realizada no Rio de Janeiro, Brasil em junho, apontam definitivamente para um único caminho no que se refere aos recursos hídricos: o da implementação de soluções. Ou seja, o momento é de colocar em práticas ações que objetivamente desenhe no cenário futuro a efetiva sustentabilidade para este precioso líquido.

Tema do 6º Fórum Mundial da Água, “Time for Solutions”, este debate sobre soluções para a água permeia uma série de ações necessárias e urgentes em nosso planeta que visam fundamentalmente dar um mínimo de qualidade de vida para as pessoas que tem no fator água, a fonte de seu alimento, de sua renda, do desenvolvimento e muitas vezes de seu lazer.

Em síntese, neste momento em que água é claramente ponto importante e primordial na discussão da saúde, do meio ambiente, dos transportes, da agricultura, do lazer ou da energia, o ser humano percebe que sua permanência neste planeta está condicionada à urgentes medidas de recuperação e preservação deste precioso líquido.

Assim, nosso papel e tarefa, enquanto Organismos de Bacia é nos unir com força ao momento e realizar ações em prol do envolvimento ainda maior da sociedade nesta amplificada discussão de tal forma a conseguir principalmente nas regiões mais pobres, uma efetiva gestão da água que culminem em resultados de curto prazo.

Entendendo: Qual a preocupação que você, ser humano habitante e usuário do solo onde vive, tem com a água? Pense, e vai verificar que é mínima, ou seja, confiamos, em tese, que a água disponível é eterna e nunca deverá faltar.

Pois saibam que em inúmeras regiões do planeta, a água é racionada para o uso humano, simplesmente porque não existe em quantidade suficiente para atender as necessidades do homem. E é aí, que de forma participativa, integrada e compartilhada, os Organismos de Bacia devem ser fomentados e criados, pois somente com o envolvimento de todos os segmentos e atores de uma região hidrográfica poderemos discutir, debater e ter clareza de objetivos no que tange por exemplo aos usos múltiplos da água, ao combate ao desperdício e claro, à necessidade de políticas públicas para o setor.

Atualmente podemos dizer que somos um contingente de aproximadamente 60 mil pessoas envolvidas direta e indiretamente nesta discussão através dos Organismos de Bacia e se levarmos em conta a urgência que se tem neste processo, assim como a rápida percepção pela sociedade de teu papel, podemos dizer que no nosso território estamos a cada dia mais valorizando este líquido que nos dá a vida.

Projetar mais um Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, agora na região centro-oeste do país, em Cuiabá/MT, que se realizará em novembro deste ano, é primeiramente destacar a real importância desta região no desenvolvimento do Brasil assim como na sua posição de destaque no que vem idealizando na gestão das águas.

A REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas, que desde sua fundação, vem desenvolvendo serviços e atividades dentro da área da gestão dos recursos hídricos no território brasileiro e nas regiões transfronteiriças, fundamentalmente através de parcerias e acordos de cooperação, da promoção de capacitação e do envolvimento em programas e projetos que efetivamente provoquem a melhoria das águas superficiais e subterrâneas, novamente se coloca neste Encontro de Comitês e em todos debates que transversalizam o tema, esperando que após sua realização, mais e mais pessoas possam estar integradas neste lema de “cuidar das águas”.



LUPERCIO ZIBOLDO ANTONIO

Presidente da REBOB – Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas e Secretário Técnico Permanente da RELOB Rede Latino Americana de Organismos de Bacia

rebob@rebob.org.br

6º FORUM MUNDIAL DA ÁGUA EM MARSELHA, FRANÇA

RESULTADOS E DESAFIOS PARA O FUTURO

Benedito Braga

th

WORLD
WATER
FORUM

MARSEILLE, FRANCE '12

O Fórum Mundial da Água, realizado a cada três anos, é o maior evento mundial sobre o tema água e congregando o maior número de países e participantes interessados neste tema água. O Fórum é organizado pelo Conselho Mundial da Água (WWC, sigla em inglês), em parceria com o país e cidade anfitriã.

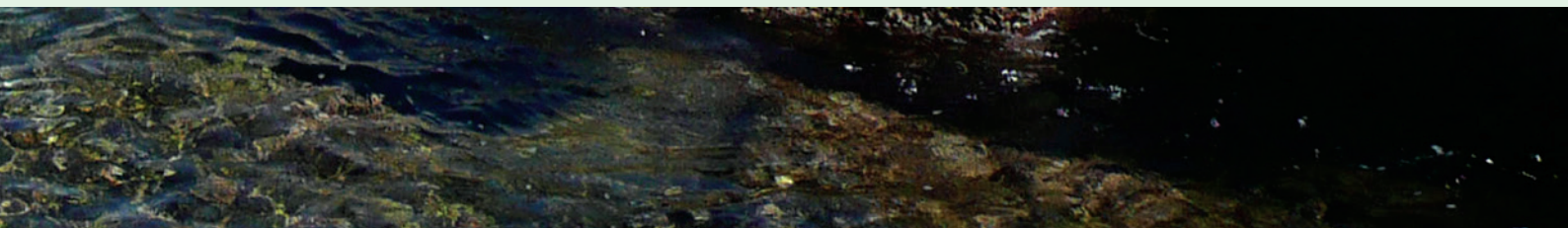
O Conselho Mundial da Água (WWC) foi criado em 1996 e congrega cerca de 350 membros representando 60 países. Tem como missão promover a consciência sobre água, criar compromisso político e incentivar ações em todos os níveis da sociedade, incluindo tomadores de decisão, para facilitar a conservação, o desenvolvimento, o planejamento, o gerenciamento e o uso de água de maneira sustentável para o benefício de todos. Cria um ambiente para facilitar debates e intercâmbios de experiências, procura definir uma visão estratégica comum sobre recursos hídricos e gerenciamento do uso de água entre todos os stakeholders do setor de recursos hídricos. Para mais informações, consulte o site www.worldwatercouncil.org



A relevância do evento e sua importância na agenda internacional pode ser exemplificada pela diversidade de países e cidades que participam com anfitriões desta iniciativa. Logo após a criação do WWC, em 1996, a cidade e o governo de Marrocos co-organizaram o 1º Fórum Mundial da Água. Em 2000, foi a vez de Haia nos Países Baixos, seguido de Kyoto no Japão em 2003, Cidade do México em 2006, Istambul na Turquia em 2009. No último mês de março, o WWC, a cidade de Marselha e o governo da França organizaram o 6º Fórum Mundial da Água que teve a participação de mais de cento e setenta países.

Nesta 6ª edição, cerca de 35 000 participantes se reuniram no período de 12 a 17 de março de 2012 para debater temas afetos ao tema de água nas diferentes abrangências - local, nacional, regional e global. Amparados pelo lema do evento – Tempo de Soluções - chefes de Estado e governos, parlamentares, autoridades locais e regionais, atores do setor empresarial, representantes da sociedade civil, do setor usuário, da academia, jovens profissionais e estudantes e crianças criaram o ambiente propício para a formulação de compromissos específicos, realísticos, executáveis e mensuráveis, com a ampla participação entre todos os stakeholders. Esta importante

representação institucional participou em cerca de 400 sessões temáticas, debates e reuniões de alto nível, e apresentou soluções concretas para fazer frente aos desafios do setor água e correlatos na sua localidade, sua região, seu país e no mundo. Como Presidente do Comitê Internacional do Fórum e tendo a oportunidade de acompanhar a fase preparatória em diversos países e continentes, constato que os resultados obtidos durante o 6º Fórum não poderiam ter sido alcançados sem o esforço, a dedicação e a seriedade da diversidade de atores envolvidos ao longo dos 30 meses que antecederam o Fórum. No período de 3 anos que separa cada Fórum, e especialmente no que se refere ao Fórum de Marselha, os atores do setor água contribuíram técnica e institucionalmente ao processo, além dos aportes de recursos financeiros, que se traduziu em importantes resultados técnicos e políticos e em relevantes compromissos assumidos. A fase preparatória se apropriou do conhecimento técnico de vários especialistas que compartilharam sua experiência para os processos temático, regional, político e cidadão, de forma a atender às expectativas do Fórum, notadamente na proposta de que o evento fosse inclusivo e participativo.





Especificamente no que se refere à região das Américas, representantes de entidades atuantes em diferentes esferas do setor colaboraram ao longo desses 30 meses para garantir a inserção dos temas chaves para a região no Fórum. Nesse cenário, o Brasil, junto com vários países da América do Norte, América Central, América do Sul e Caribe contribuiu para a programação temática do evento e participou das negociações da Declaração Ministerial, do Manifesto Parlamentar e da Mensagem das Autoridades Locais. Houve, ainda, uma oportuna troca de informações e experiências com instituições que participaram do processo preparatório na África, Ásia-Pacífico, Ásia Central, Europa e na região do Mediterrâneo, o que permitiu que as realidades próprias de cada região fossem efetivamente representadas nos documentos e decisões finais.

Durante o Fórum, os 112 ministros, vice-ministros e secretários de estados aprovaram a Declaração Ministerial pela qual os governos representados comprometem-se a acelerar a implementação da resolução das Nações Unidas para o acesso aos serviços de água e saneamento. A referida Declaração ressalta a importância da adoção de uma abordagem global sobre onexo água, energia e segurança alimentar de forma a assegurar o crescimento econômico sustentável, segurança alimentar e geração de empregos. A Declaração Ministerial reiterou, ainda, a importância de considerar a água como elemento econômico, social e ambiental e a necessidade de se criar arcabouços sólidos para o financiamento, governança e cooperação no setor água.

O processo político contou com a participação de cerca de 250 parlamentares que assinaram o Manifesto Parlamentar, pelo qual sugere-se a criação de mecanismos de acompanhamento tais como o balcão sobre legislação em matéria de água (Water Legislation Helpdesk), buscando compartilhar boas práticas entre legisladores do mundo. O Manifesto reforçou o papel do parlamentar no esforço para que o setor água seja integrado de forma mais relevante na agenda legislativa, em especial durante a elaboração de políticas públicas e na definição de diretrizes orçamentárias.

No que se refere às autoridades locais, o 6º Fórum mobilizou cerca de 350 prefeitos e demais representantes locais de todos os continentes, dando seguimento à implementação do Consenso de Istambul pelo qual se esses agentes se comprometem em assegurar à população mundial o direito à água, promovendo o acesso aos serviços de água e saneamento e o fortalecimento dos planos de gestão por bacias hidrográficas, com vistas a enfrentar os desafios provocados pelo crescimento urbano e os efeitos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos.

Sob a perspectiva do Conselho Mundial da Água, é importante registrar que numerosos países, instituições, associações de usuários e outros atores envolvidos se comprometeram na busca de compromissos, metas e objetivos de ações políticas e técnicas afetas ao tema água em suas diferentes esferas institucionais e em nível local, nacional, regional e global. Espera-se que até o 7º Fórum, a ser realizado em 2015, na Coreia do Sul, os resultados obtidos em Marselha possam ter se traduzidos em políticas públicas e ações concretas nas ações de cada nação participante, fortalecendo os mecanismos existentes de governança global da água.



Considerando a necessidade de ampliar esses compromissos e de promover sua articulação com outros fóruns mundiais, o Fórum apresentou aos organizadores da Rio+20 presentes em Marselha as sinergias entre o setor água e os temas afetos a sustentabilidade a serem discutidos no âmbito da Conferência, com ênfase i) na segurança alimentar e saúde para assegurar o bem estar da população, ii) no desenvolvimento econômico como forma de assegurar a inclusão social e iii) na proteção dos recursos hídricos para preservar a biodiversidade e os ecossistemas.

Na sequência o 6º Fórum Mundial instigou e contribuiu para levar o tema água para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), com a organização da sessão de alto nível e demais sessões técnicas sobre os temas de destaque da Rio+20: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Nas semanas anteriores à Rio+20, esses temas foram amplamente discutidos e debatidos, especialmente por ocasião do Diálogo para o Desenvolvimento Sustentável - Água, cujas recomendações foram entregues pelo Presidente do Conselho Mundial da Água aos Chefes de Estado e de Governo durante a 1ª Sessão de Alto Nível dedicada ao futuro a seguir para implementar os resultados esperados da Rio+20.

O sucesso do Fórum de Marselha e a expectativa positiva para o próximo Fórum em Daegu na Coreia do Sul são frutos da maior conscientização de todos com relação à importância do desenvolvimento e conservação dos recursos hídricos, notadamente no que se refere ao acesso à água potável e ao saneamento. Igualmente importante é a minimização dos impactos dos eventos críticos maximizados pelas consequências das alterações do clima e os conflitos sócio-econômicos das populações

afetadas nas bacias hidrográficas. Todos esses fatores merecem maior atenção por parte dos tomadores de decisão, dos parlamentares, do setor usuário, da população em geral e da juventude representativa das gerações futuras e foram destacados nos principais resultados do Fórum de Marselha.

Os resultados de Marselha atestam o Fórum Mundial da Água como o mais relevante evento da agenda internacional da água. Uma das possibilidades factíveis para manter ativa esta discussão e compromissos é a representação que determinados países têm junto ao Conselho Mundial da Água. Sendo, atualmente, a quarta maior representação, o Brasil tem a possibilidade de compartilhar suas experiências no âmbito das iniciativas implementadas pelo Conselho Mundial da Água e de mobilizar suas instituições na construção da agenda nacional, regional e global da água. Pelo papel que desempenhou nos processos preparatórios das duas últimas edições do Fórum Mundial, espera-se que essa participação brasileira seja ainda mais ampla no processo preparatório do 7º Fórum Mundial da Água, a se realizar na Coreia em 2015.



Benedito Braga foi Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água, realizado em março de 2012 em Marselha, França. Fez parte da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas – ANA em Brasília desde sua criação em 2001 até 2009. Doutor em recursos hídricos pela Stanford University, Estados Unidos da América, atualmente exerce as funções de Professor Titular de Engenharia Civil e Ambiental na Escola Politécnica da USP e é Vice-Presidente do World Water Council (WWC). Autor de mais de 200 artigos técnico-científicos e 25 livros e capítulos de livros publicados em vários idiomas, desenvolve pesquisa na área de análise de sistemas hidrológicos, gerenciamento integrado de recursos hídricos e política de recursos hídricos. Recebeu o Crystal Drop Award (2002) da International Water Resources Association em reconhecimento à sua contribuição à gestão de recursos hídricos em nível mundial, a Honorary Membership (2009) da American Water Resources Association e o Honorary Diplomat (2011) da American Society of Civil Engineers pela ampla e destacada atuação na área de recursos hídricos.

O Brasil

no 6º Fórum Mundial da Água

Ricardo Medeiros de Andrade

O sucesso da participação brasileira

Na Edição Número 3 desta “Águas do Brasil”, utilizei este espaço, na condição de um dos coordenadores do processo preparatório, para informar sobre a expectativa da participação brasileira no 6º Fórum Mundial da Água que se realizaria em março de 2012 na cidade de Marselha, França. É com enorme satisfação que utilizo esta edição da revista “Águas do Brasil” para informar do sucesso da participação brasileira e dos avanços conseguidos pela Seção Brasil do Conselho Mundial da Água.



A importância do 6º Fórum Mundial da Água, realizado no período de 12 a 17 de março do corrente ano, pode ser traduzida pelos seguintes números principais: 173 países representados; 170 delegações oficiais; 103 Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado presentes; mais de 750 Membros dos poderes locais e estaduais, incluindo 250 prefeitos e 250 parlamentares; mais de 500 participantes apoiados pela organização e mais de 3.500 representantes da sociedade civil. O público total que visitou o evento foi da ordem de 35.000 pessoas.

Em outra perspectiva de análise da relevância do Fórum na agenda internacional, informo que o evento realizou cerca de 400 sessões temáticas, debates e reuniões de alto-nível, incluindo conferência ministerial, conferência parlamentar, conferência das autoridades locais, mais de 15 sessões ministeriais e painéis de alto-nível, 2 debates e 6 triálogos envolvendo representantes das 3 esferas de comando (executivo, estadual e local).

Este significativo conjunto de autoridades e técnicos reunidos nos diversos eventos do Fórum permitiu abordar os temas mais relevantes afetos à água, entre os quais: governança global da água, segurança alimentar, parcerias público-privadas no setor de saneamento, infraestruturas hídricas de larga escala, escassez nas regiões áridas, adaptação à mudanças climáticas, crescimento verde, segurança hídrica, financiamento das infraestruturas hídrica, nexus água-energia-segurança alimentar, águas transfronteiriças, saneamento, eventos críticos, saúde ambiental. Também foi importante definir posições a serem levadas à Rio+20, buscando a inserção do tema água na agenda técnica e política deste relevante evento organizado pelas Nações Unidas.

O Brasil teve destacada atuação política e técnica no 6º Fórum Mundial da Água, apresentou um dos pavilhões mais originais e teve, ainda, um brasileiro – Professor Benedito Braga – como presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum.



A participação brasileira

A participação brasileira no Fórum foi coordenada pela Seção Brasil do Conselho Mundial da Água, criada com o objetivo de agregar segmentos e instituições envolvidas com o tema água, e que conta agora com 27 membros brasileiros do Conselho Mundial da Água. A presença brasileira em Marselha mobilizou 67 instituições (sociedade civil, academia, empresas, associações profissionais, entidades de classe, órgãos de governo – federal,

estadual e municipal), 38 instituições da Seção Brasil, 211 brasileiros participantes, 3 autoridades governamentais (Ministra do Meio Ambiente, Ministro do TCU e Vice-Governador do DF), 5 senadores da República, 4 deputados federais, 10 prefeitos, 11 secretários de Estado, 23 dirigentes de órgãos públicos, 18 dirigentes empresariais, e 30 representantes da sociedade civil, associações profissionais e entidades de classe.

No processo preparatório há que se destacar o esforço e empenho de todas as instituições da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água, colegiado de instituições brasileiras membros do Conselho Mundial da Água e que, em seu conjunto, tem como objetivos principais: i. Apoiar e tornar mais efetiva a atuação brasileira no Conselho Mundial da Água; ii. Incentivar e apoiar os programas, projetos, objetivos e metas propostas pelo Conselho Mundial da Água; iii. Influir na agenda temática e política do Conselho Mundial da Água; iv. Criar uma plataforma de discussão que visa fazer um diagnóstico da situação da política e da gestão dos recursos hídricos no Brasil e no Mundo; v. Envolver todos os interessados no planejamento de políticas e gestão da água, incluindo representantes do governo, sociedade civil, universidades, organizações de usuários da água, associações profissionais, entidades de classe e parlamentares; e vi. Organizar a participação do Brasil no Fórum Mundial da Água, evento organizado a cada 3 (três) anos pelo Conselho Mundial da Água.

A participação das instituições membros da Seção Brasil tanto no processo preparatório como no próprio 6º Fórum Mundial da Água, se deu de forma ampla e extremamente representativa do ponto de vista político, institucional e técnico, o que agregou qualidade, relevância e legitimidade às diferentes participações de nossas instituições na agenda do Fórum. Essa participação está consolidada em dois documentos principais: “Catálogo Oficial da Seção Brasil” e “Contribuições do Brasil para o Processo Regional das Américas”.

O Brasil, sob a coordenação da Seção Brasil, levou ao Fórum uma posição consistente do país com relação ao tema água e co-ordenou a posição das Américas (Norte, Central, Caribe e Sul) levada à Marselha. Tanto no documento regional como no documento nacional se procurou apresentar a visão dos membros brasileiros sobre 6 (seis) temas prioritários, abaixo listados com seus respectivos coordenadores regionais e nacionais selecionados entre os membros do Conselho Mundial da Água:

- 1 Água e Saneamento**
Regional: BID e Nacional: ABDIB
- 2 Água e Adaptação às Mudanças Climáticas**
Regional: CONÁGUA e Nacional: SMA-SP
- 3 Gestão Integrada de Recursos Hídricos**
Regional: OEA e Nacional: ANA
- 4 Água para Alimento**
Regional: Universidade de Nebraska/EUA e Nacional: IICA e DNOCS
- 5 Água para Energia**
Regional: AWRA e Nacional: Odebrecht Energia e Itaipu
- 6 Qualidade dos Recursos Hídricos e dos Ecossistemas**
Regional: WWF e TNC e Nacional: WWF Brasil

O trabalho de consulta, o intercâmbio de informações entre instituições brasileiras e do continente americano e a realização de eventos específicos para abordar cada tema permitiu que a posição do Brasil e das Américas levadas ao 6º Fórum representasse o que de mais atual temos em termos de políticas e experiências, contribuindo decisivamente para o espírito e lema do Fórum – Tempo de Soluções.

Esta notável representação institucional e o processo técnico de discussão dos temas contribuiu para a inserção da visão brasileira em alguns dos principais documentos produzidos pelo evento: a Declaração Ministerial, o Manifesto Parlamentar e a Mensagem das Autoridades Locais e Regionais. Fruto de ampla discussão a nível global e que, por isso mesmo, reflete e incorpora diferentes percepções e realidades técnicas, políticas e institucionais, as recomendações desses documentos trazem oportunos aportes para as posições nacionais, de modo geral, e para interesses de nossas instituições, em particular.

No nível ministerial, algumas das principais recomendações oriundas de Marselha apontam para compromissos em matéria de direitos humanos de acesso à água potável e ao saneamento básico e a inter-relação entre água, energia e segurança alimentar. Em termos políticos mais estratégicos, se buscará incorporar a água em todas as dimensões – econômicas, sociais e ambientais - num quadro de governança, de financiamento e de cooperação.

O manifesto parlamentar, por sua vez, ressalta a necessidade de estabelecer um mecanismo de acompanhamento e avaliação das soluções e compromissos adotados nos Fóruns Mundiais da Água e, principalmente, incidir nos debates parlamentares para que as prioridades associadas a água e ao saneamento sejam dotadas de recursos orçamentários e financeiros suficientes.

Por fim, a mensagem das autoridades locais e regionais pontuou a relevância de intensificar a implementação do Consenso de Istambul, importante compromisso com as soluções locais para problemas locais estabelecidos no 5º Fórum, assim como apoiar o desenvolvimento de mecanismos de financiamento solidários e inovadores para fomentar a mobilização dos recursos financeiros necessários para a universalização dos serviços de água e saneamento e a proteção dos recursos hídricos.

A expressiva representação institucional, a qualidade do conteúdo técnico dos documentos e a participação na discussão das diretrizes globais, regionais e nacionais que orientarão os compromissos dos diferentes setores afetos ao tema água, certamente representa um grande legado da participação brasileira em Marselha e contribuirá para as ações de cada instituição e de seu papel no cenário institucional brasileiro.

O Pavilhão Brasil



Um dos pontos altos da participação do país foi o Pavilhão Brasil. Inaugurado pela Excelentíssima Senhora Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente e pelo Senhor Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA, a cerimônia contou com a presença do Senhor Loïc Fauchon, Presidente do Conselho Mundial da



Água, da Senhora Martine Vassal, Vice-Prefeita da Cidade de Marselha e de altas autoridades do governo, parlamentares, empresários e convidados nacionais e internacionais, o Pavilhão Brasil, projetado de forma arrojada e moderna transformou-se numa referência no setor de exposição dos países. O Pavilhão Brasil foi construído com uma área total de 345 m², um Auditório com capacidade para 50 pessoas, Sala VIP para reuniões, espaços para encontros e pequenas reuniões de trabalho, espaço cultural para shows e bar/café, painéis LCD Touch Screen para distribuição de material institucional dos membros da Seção Brasil, conceito de “no paper” e a distribuição de 3.000 pencards.

Durante o evento, o Pavilhão Brasil recebeu 15.000 visitantes, foram realizadas 26 reuniões e apresentações técnicas no Auditório e foram realizadas 12 reuniões na Sala VIP.



O espaço aberto para confraternizações, para eventos culturais e para pequenas reuniões de trabalho permitiram uma interação de pessoas de todo mundo, interessadas no país e sua cultura, de modo geral, e nos aspectos referentes ao tema água, em particular. Após as sessões de trabalho, a música brasileira e o genuíno café transformaram o espaço aberto do Pavilhão Brasil em um dos lugares mais visitados do Parc Chanot.

A organização da participação brasileira foi coordenada pela Agência Nacional de Águas – ANA, pela Rede Brasil de Organismos de Bacias – REBOB e pela TDA Brasil. As instituições colaboradoras foram as seguintes: Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, Agência Nacional de Águas - ANA, Banco do Brasil S/A, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Brasil, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Foz do Brasil, Itaipu Binacional, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Norte Energia S/A, Odebrecht Energia, Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A, e Santo Antonio Energia.

Especificamente sobre o Pavilhão Brasil, quero destacar o imprescindível apoio de todos e especialmente das instituições que apoiaram financeiramente esta iniciativa: Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, Agência Nacional de Águas - ANA, Banco do Brasil S/A, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Brasil,

Confederação Nacional da Indústria - CNI, Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Foz do Brasil, Itaipu Binacional, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Norte Energia S/A, Odebrecht Energia, Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A, e Santo Antonio Energia e o apoio da REBOB – Rede Brasil de Organismos de Bacia, que coordenou o processo de captação e gestão dos recursos financeiros desta iniciativa. Foi ainda fundamental também a participação da TDA Brasil – empresa responsável pelos aspectos de concepção e montagem do Pavilhão.





Os frutos da participação brasileira no 6º Fórum

O Fórum Mundial da Água, realizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água, é o maior evento mundial no tema da água. O sucesso da participação brasileira em Marselha, reconhecido pelo Conselho Mundial da Água e por diversos países e instituições internacionais, trás, por um lado, a satisfação do dever cumprido, fruto do esforço e cooperação de todos os membros da Seção Brasil, e, por outro, uma grande responsabilidade para ampliar ainda mais nossa participação no 7º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Daegu, Coréia do Sul, em março de 2015.

Um dos frutos concretos desse reconhecimento, pós-Fórum, é o fortalecimento da Seção Brasil, que com a adesão recente de novos membros consolidou sua posição de 4ª maior representação nacional junto ao Conselho Mundial da Água. O porte institucional significativo da Seção Brasil requer uma atuação articulada e com procedimentos operacionais que permitam maximizar as contribuições de cada membro. Em

sua 9ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2012, a Seção Brasil aprovou o Regimento Interno que contribuirá para seu fortalecimento institucional e para uma atuação ainda mais articulada e forte.

Conduzido ao papel de Coordenador da Seção Brasil nos próximos três anos, e amparado pelo entusiasmo e dedicação deste crescente grupo institucional para o 6º Fórum, tenho certeza de que as próximas ações serão igualmente exitosas e que, no 7º Fórum a realizar-se na Coréia, levaremos uma posição ainda mais fortalecida do país e que espelhe a competência e capacidade de nossas instituições.

Nosso grande desafio é ampliar a atuação entre os membros e com o Conselho Mundial da Água, o que se dará por meio de nossas reuniões, do intercâmbio de informações e da participação conjunta em ações de interesse da Seção Brasil. Conto com a participação de todos nas próximas reuniões e iniciativas da Seção Brasil.



Ricardo Medeiros de Andrade
ricardo.andrade@ana.gov.br

Ricardo Medeiros de Andrade, Engenheiro Civil, graduado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1993. Atualmente é Superintendente de Implementação de Programas e Projetos da Agência Nacional de Águas e desde 2009 é Governador-Suplente do Brasil junto ao Conselho Mundial da Água. Exerce ainda a função de Coordenador da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água para o período 2012-2015.

O TEMA DA ÁGUA E A CONFERÊNCIA RIO+20

Há de se reconhecer que a declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), intitulada “O Futuro que Queremos”, pecou ao deixar de incorporar ricos elementos já produzidos em fóruns internacionais e nacionais existentes, não aprofundando a reflexão sobre algumas questões-chave: efetivação do direito humano fundamental de acesso à água e ao saneamento; capacidade de resposta dos estados nacionais frente às perspectivas de mudanças do clima; condições atuais e futuras de governança da água nas esferas local, regional e global; entre outras.

Todavia, existem algumas razões para uma avaliação mais positiva do evento e da declaração dos Chefes de Estado e de Governo. Entre essas, cita-se a proposta objetiva para fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnuma) e valorização de seu papel como autoridade global na liderança da questão ambiental, assegurando-lhe recursos financeiros e uma representação mais ampla por parte dos países membros das Nações Unidas.

Particularmente no que se refere à questão das águas, o texto da declaração avançou ao reconhecer que essa é uma questão central para o desenvolvimento sustentável, intrinsecamente relacionada a diversos desafios globais relevantes. Os signatários também reconheceram

a necessidade de compatibilização da agenda de desenvolvimento do setor agrícola com a conservação do solo e das águas; e a importância de se viabilizar tecnologias acessíveis para uso eficiente da água na irrigação, bem como para o reuso de esgoto, captação e armazenamento de água de chuva em pequenas comunidades rurais.

A declaração reafirmou, ainda, os compromissos do Plano de Johannesburgo e da Declaração do Milênio relativos à redução do déficit de serviços de água e esgoto pela metade até 2015, apontando para a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a partir de 2015. Isso permitirá, entre outras coisas, a definição de um conjunto de indicadores específicos para o acompanhamento dos aspectos relacionados aos serviços de água e saneamento.

Outro resultado positivo que mereceu destaque foi a forte mobilização dos agentes sociais e econômicos em torno da questão ambiental e dos recursos hídricos. Semelhantemente ao que ocorreu durante eventos preparatórios e oficiais do 6º Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha, França, em março deste ano, houve oportunidade para um amplo e franco debate entre as autoridades públicas e os representantes dos diversos setores da sociedade civil organizada.





RIO+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Ressalta-se, por exemplo, a realização, pela primeira vez, dos chamados “Diálogos sobre o Desenvolvimento Sustentável”, eventos temáticos que ofereceram uma oportunidade ímpar para interação entre especialistas e o público em geral, enriquecendo o processo de exposição e discussão de ideias.

Esses novos espaços de diálogo permitiram a apresentação das demandas de uma forma mais organizada, contando com meios eletrônicos para divulgação e votação de propostas, inclusive em plataformas de livre acesso na rede mundial de computadores. Entre os diálogos promovidos, logrou-se êxito na realização de um evento específico sobre os recursos hídricos, o qual registrou grande interesse e participação de representantes da sociedade civil.

Assim, em que pesem os desapontamentos quanto à tímida inserção da temática da água na declaração final, pode-se afirmar que o evento da “Rio+20” acabou por cumprir seu papel ao permitir a renovação de importantes compromissos, mesmo diante de uma conjuntura internacional bastante desfavorável, fortemente marcada pela crise financeira em curso.

Cabe, agora, ao poder público e à sociedade civil, por em marcha os esforços necessários para construção desse “futuro que queremos”. Afinal, serão esses esforços contínuos dos governos e dos cidadãos, e não os

resultados de reuniões e eventos multilaterais esporádicos, que promoverão os avanços desejados.

A sociedade brasileira está atenta à necessidade de uma gestão ambiental eficiente e competente, impensável, no caso dos recursos hídricos, se não houver uma fina sintonia entre as entidades nacionais e os sistemas estaduais de gestão de recursos hídricos.

Nesse sentido, a Agência Nacional de Águas e o Ministério do Meio Ambiente estão trabalhando de forma conjunta e em articulação com as contrapartes estaduais no sentido da construção de um “Pacto Nacional pela Gestão das Águas”, o qual permitirá novos avanços de cooperação federativa essenciais ao fortalecimento do arcabouço institucional existente no país.



PAULO LOPES VARELLA NETO
Diretor da Agência Nacional de Águas
paulovarella@ana.gov.br



“

O FUTURO QUE QUEREMOS PARA AS ÁGUAS E SOCIEDADES,”

MALU RIBEIRO



RIO+20

Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável

O legado que a Marcha dos Povos que tomou conta das ruas centrais do Rio de Janeiro, no dia 20/06, durante a Rio+20, deixa para a história, é de as transformações e as verdadeiras mudanças emanam da sociedade e que os Governos e a ONU – Organização das Nações Unidas – não são mais capazes de dar respostas efetivas às necessidades da humanidade e à sustentabilidade da vida no Planeta.

Organizações não governamentais (ONGs) que participaram ativamente da Rio+20 divulgaram carta de repúdio aos resultados diplomáticos da conferência. O documento acordado entre os países e intitulado “O Futuro que Queremos”, foi considerado “fraco e muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nos últimos 20 anos, desde a Rio-92”.

A Carta de Repúdio, transcrita na íntegra a seguir, resume o sentimento das organizações civis, de jovens e cidadãos de mais de 200 países que participaram da Cúpula dos Povos, da manifestação “Marcha a Ré” que denunciou os retrocessos que o Brasil enfrenta diante das mudanças na Legislação Ambiental, em especial no Código Florestal e na diminuição de unidades de conservação, no desrespeito às comunidades tradicionais e indígenas, e com a condição degradante dos principais rios urbanos e de poluição das

águas em diversas bacias hidrográficas brasileiras, que apresentam índices baixíssimos de saneamento básico.

A RIO+20 QUE NÃO QUEREMOS

“O Futuro que Queremos não passa pelo documento que carrega este nome, resultante do processo de negociação da Rio+20.

O futuro que queremos tem compromisso e ação, e não só promessas. Tem a urgência necessária para reverter as crises social, ambiental e econômica e não postergação. Tem cooperação e sintonia com a sociedade e seus anseios, e não apenas as cômodas posições de governos. Nada disso se encontra nos 283 parágrafos do documento oficial que deverá ser o legado desta Conferência. O documento intitulado O Futuro que Queremos é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos.

A Rio+20 passará para a história como uma Conferência da ONU que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos.



Por tudo isso, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, pois foi sob suas ordens e orientações que trabalharam os negociadores, e esclarecemos que a sociedade civil não compactua nem subscreve esse documento."

SIGNATÁRIOS: Ashok Khosha, Bill Mackbiden, Camila Tulmin, Fabio Feldman, Juan Carlos Jintrack, Kumi Naidoo, Marina Silva, Mathis Wackernagel, Ricardo Young, Thomas Lovejoy, William Kees, Roberto Klabin, Sergio Mindlin, Yolanda Kakabadse.

Representantes de organismos de bacias de várias partes do mundo também somaram esforços e assinaram o "Pacto Mundial pela Melhor Gestão de Bacias Hidrográficas" durante a Rio +20, no Parque dos Atletas, onde ocorreram exposições de diversos países e organizações que atuam na gestão da água. O "Pacto Mundial para Melhor Gestão de Bacias Hidrográficas" propõe diversas diretrizes para os países e instituições com o objetivo de garantir acesso à água, ao saneamento e promover a qualidade de vida. Elege prioridades, metas e as ações desenvolvidas por instituições, organizações e países deverão ser apresentadas no 7º Fórum Mundial programado para março de 2015.

A cada três anos, desde 1997, o Fórum Mundial da Água - organização civil - mobiliza governos e instituições, movimentos sociais e cidadãos em defesa da água e busca estimular a criatividade, a inovação e a troca de experiências para enfrentar os desafios da escassez, do desperdício e da má gestão dos recursos hídricos. Reúne diversos setores da sociedade em torno de questões locais, regionais e globais e estabelece um quadro comum de objetivos e metas concretas a atingir.

O Pacto das Águas firmado durante o 6º Fórum Mundial da Água, realizado em março, em Marselha, França, é resultado do evento que reuniu 140 delegações ministeriais, 183 países, mais de 800 expositores e congressistas e 25 mil participantes, em 400 horas de discussões e debates, além de 250 sessões e painéis, cerca de 100 sessões de base e eventos de cidadania, diálogos regionais, organizados entre ministros, parlamentares locais / autoridades regionais e painéis de alto nível,

A Fundação SOS Mata Atlântica participa do Fórum Mundial da Água desde a sua terceira edição realizada no Dialogo de Foz do Iguaçu, por meio da Rede das Águas, que representou a entidade no colegiado coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias, por três gestões. A convite da Coca-Cola Brasil participou do IV Fórum realizado na Cidade do México, onde cidadãos de mais de uma dezena de países protestaram contra a privatização da água e a visão comercial dos recursos naturais.

Durante o V Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul, Turquia, a SOS Mata Atlântica apresentou pela primeira vez o projeto Água das Florestas, em diálogo realizado no estande Brasil, como projeto pioneiro de iniciativa da sociedade civil na gestão integrada de água e florestas, com a recuperação de matas ciliares e instrumentos econômicos. Em Istambul os participantes do Fórum Mundial reivindicavam à ONU o reconhecimento do acesso à água como Direito Humano. Tal reconhecimento se concretizou no ano seguinte e deixou clara a capacidade de transformação e avanços que iniciativas como essa podem promover.

A participação da SOS Mata Atlântica no VI Fórum Mundial da Água, realizado em Marseille, França, de 12 a 17 de março, também se deu por conta do projeto Água das



Marcha dos Povos – Rio + 20



Cúpula dos Povos denuncia os retrocessos do Brasil com as mudanças do Código Florestal

Florestas, iniciativa que integra os anais do Painel de Soluções do Fórum. O Água das Florestas foi inserido dentre as 58 soluções apresentadas para as Américas, de um total de 5.309 soluções e iniciativas no mundo, que fazem parte da Plataforma de Soluções do Fórum Mundial da Água.

A sexta edição do Fórum buscou unir esforços para os desafios que mundo enfrenta e colocar a água, de forma prioritária, em todas as agendas políticas. Pois, para os organizadores e participantes, não haverá desenvolvimento sustentável enquanto as questões relacionadas à gestão da água não forem resolvidas. Em todos os lugares do planeta, para todos e de todos, o Direito à Água (reconhecido por 189 países na ONU) deve ser garantido e implementado.

Garantir o Direito à água, em qualidade e quantidade para atender as necessidades humanas e ecossistêmicas é um dos maiores desafios da humanidade e deve ser prioridade do Plano Nacional de Recursos Hídricos, dos Planos Estaduais e de Bacias Hidrográficas, que devem contemplar a gestão ambiental integrada.

O secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, afirmou que parte do legado da Rio+20 são os compromissos voluntários firmados entre setor privado, governos e a sociedade civil. Segundo ele, foram registrados 705 acordos, que deverão direcionar R\$ 1,6 trilhão ao desenvolvimento sustentável nos próximos dez anos. Porém, o caráter voluntário dos compromissos é um fator de preocupação que depende da participação e corresponsabilidade da sociedade. Pois, por serem voluntários não há punição e, nos modelos atuais, não se pode cobrar o que não é compromisso vinculante.

Para que possamos tirar os compromissos dos anais desses grandes eventos mundiais, dos fóruns e redes sociais dos quais somos signatários e integrantes, precisamos fortalecer os organismos de bacias como espaços participativos voltados ao planejamento estratégico e integrado e à gestão socioambiental de bacias hidrográficas.

Grande parte da sociedade ainda desconhece a existência desses espaços de gestão e decisão. Dados da pesquisa oficial de entendimento da população brasileira sobre a Rio+20 e questões relativas à sustentabilidade, deixaram como resultado principal a mensagem de que, “para um futuro mais verde e sustentável, onde as pessoas considerem e entendam os valores da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, é preciso investir mais em educação.

Fomentar e estimular boas práticas, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, acesso a instrumentos econômicos, capacitação, intercâmbios e soluções

integradas, com respeito e cumprimento das legislações e dos pactos, são ações que podem fazer com que possamos ser protagonistas do futuro que realmente queremos.

O documento oficial da Rio + 20, “O futuro que queremos” cita a água como o “centro do desenvolvimento sustentável, pois está intimamente ligada a uma série de grandes desafios globais.

Os efeitos dos eventos extremos também fazem parte do documento que atenta para a necessidade de investimentos em infraestrutura, na adoção de medidas para enfrentar problemas relacionados a enchentes, secas e a escassez hídrica, além da necessidade de investimentos e esforços para despoluição das águas e incremento da sua qualidade. Assegurar o suprimento de água para a biodiversidade e ecossistemas, implementar o direito à água, reforçar a importância de políticas públicas de gerenciamento da água, de energia limpa e do uso responsável da terra, fazem parte do texto final da Rio+20. O desenvolvimento da gestão integrada dos recursos hídricos e planos eficientes de água fazem parte do documento intitulado Água e Saneamento.

O texto final da Rio+20 também traz como cerne para o desenvolvimento sustentável a erradicação da pobreza e o papel fundamental dos municípios nesse contexto. De acordo com o secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, “um país é composto de municípios, a mudança da postura ambiental começa pela ação local”.

Como contribuição à cidadania a SOS Mata Atlântica lança, neste momento, a Plataforma Ambiental aos Municípios - 2012, voltada para aos Prefeitos e Vereadores e elege como prioridade a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica para os 3.222 mil municípios inseridos no bioma. O Brasil é detentor das florestas com maior biodiversidade do planeta e é o segundo país em cobertura florestal do mundo, o terceiro em água doce e deve transformar esses patrimônios em grandes ativos socioambientais.



MALU RIBEIRO

malu@rededasaguas.org.br

Malu Ribeiro, jornalista, especialista em gestão de recursos hídricos e políticas públicas, coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica. Representante das entidades ambientalistas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e da Parceria Brasileira pela Água (GWP).

TEMPO PARA UMA AVALIAÇÃO!



Jean Francois Donzier
Secretário Técnico RIOB
jf.donzier@wanadoo.fr

“ PROGRESSOS TANGÍVEIS
PARA A GESTÃO DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS DURANTE O
6º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA. ”

O tema da gestão da bacia e a cooperação transfronteiriça foi amplamente discutido durante o recente 6º Fórum Mundial da Água, em Marselha. Vejamos:

- A UNESCO e a Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB) coordenaram nove sessões oficiais da prioridade 1.5 “Promoção da Cooperação e da Paz”, especificamente dedicadas à gestão das bacias hidrográficas, lagos e aquíferos.
- A RIOB também coordenou o target 3, sobre boa governança e sobre o desenvolvimento de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas nacional ou transfronteiriço.
- A Comissão Europeia e a UNECE coordenou duas sessões do processo europeu sobre a “Convenção de Água” (Helsinky 1992) e sobre a implementação da Diretiva-Quadro Europeia (DCE) em conjunto com “Euro-RIOB”.
- RIOB teve a honra de ser convidada a apresentar uma comunicação estratégica (orador principal) na mesa redonda ministerial sobre as bacias transfronteiriças presidida pelos Estados Unidos da América, o Tajiquistão e o Zimbábwe na terça-feira 13 de março de manhã.
- As Organizações Membros da RIOB também foram convidadas a apresentar através do Secretário da RIOB suas

experiências e recomendações em um evento organizado sobre a gestão de bacias transfronteiriças importantes no “Espace France” coordenado pelo Instituto Internacional da Água.

Antes do evento, uma grande mobilização preparatória realizada há mais de um ano e numerosas submissões foram recebidas no site “soluções de plataforma”

Assim, as sessões deixaram um espaço muito grande para debate e discussão animada e rica, mas a grande maioria dos participantes convergiram para o interesse nas abordagens por bacia hidrográfica, nacional ou além-fronteiras, para enfrentar os desafios globais da gestão dos recursos hídricos.



Reunião da RIOB no 6º Fórum Mundial da Água



Representantes de Organismos de Bacia do mundo que assinaram o Pacto de Gestão da RIOB.

O Manual de Gestão Integrada de Bacias Transfronteiriças

Mais da metade da população mundial vive em bacias de 276 rios e lagos o cerca de 300 aquíferos transfronteiriços. A cooperação entre os países ribeirinhos é um imperativo, porque as pressões estão aumentando por causa das mudanças globais intensificadas.

A abordagem da gestão integrada de recursos hídricos parece ser a base para uma melhor gestão de bacias transfronteiriças. As bacias hidrográficas são de fato áreas onde são melhor demonstradas as interdependências hidrológicas, sociais, econômicas e ecológicas. A experiência permite hoje afirmar que é possível organizar uma gestão eficaz através das bacias transfronteiriças de rios, lagos ou aquíferos, quando há uma vontade real das partes interessadas.

No entanto, um progresso significativo e efetivo precisa ser desenvolvido ao redor do mundo.

Para facilitar este processo, a Rede Internacional de Organizações de Bacia (RIOB), a Global Water Partnership (GWP), a UNECE, UNESCO, GEF, EVREN e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFP) produziu “Manual de Gestão Integrada de Recursos Hídricos em Bacias dos rios, lagos e aquíferos transfronteiriços”, que foi apresentado no 6º Fórum Mundial da Água em Marselha.

Este livro pretende fornecer conselhos práticos para melhorar a gestão de bacias transfronteiriças e apresenta mais de 60 exemplos de ações já envolvidos com êxito em várias bacias.

69 organizações de todo o mundo assinam em Marselha o “Pacto Mundial para uma melhor gestão da Bacia”

Lançada pela Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB), suas redes regionais na África, América, Ásia, Europa e do Mediterrâneo, e 12 Comitês de Bacias Hidrográficas franceses na região metropolitana e no exterior, o “Pacto Mundial” foi assinado sexta-feira, 16 de março, 2012, em Marselha, por 69 organizações de todos os continentes, as bacias hidrográficas interessam 33 países.

Os signatários se comprometem a aplicar em suas respectivas bacias os princípios de gestão reconhecidos como os mais relevantes e eficazes a partir da experiência no território feita pelas Organizações Membro RIOB há mais de 18 anos.

Eles argumentam primeiro, que as bacias dos rios, lagos e aquíferos, quer territórios locais, nacionais ou transfronteiriços são lugares onde devem ser organizada a gestão conjunta dos recursos hídricos, ecossistemas aquáticos e todas as atividades relacionadas à água, a fim de lidar com as mudanças globais relacionadas com o rápido aumento da população mundial, as migrações, a urbanização, a mudança climática.

Eles encorajam os países ribeirinhos que compartilham bacias dos rios, lagos e aquíferos para organizar uma gestão concertada, para assinar acordos de cooperação necessários para criar as instituições necessárias para a sua aplicação.

Eles expressam a vontade de participar junto aos governos nacionais e instituições internacionais, a efetivamente:

- Melhorar a governança da água, facilitar a criação de organismos de bacia hidrográficas onde ainda não existe, reforçar e fortalecer os organismos já existentes;

- Organizar o diálogo com as partes envolvidas, reconhecidas nas nossas bacias;

- Facilitar, de acordo ao estado atual do local, o acordo dos diferentes atores envolvidos sobre “uma visão compartilhada” do futuro em relação a sua bacia hidrográfica, e desenvolver de forma negociada e transparente, os planos de gestão ou planos de bacia para fixar os objetivos a serem alcançados a médio e longo prazo;

- Elaborar programas de ações e de investimentos sucessivos que respondam para com as prioridades econômicas, sociais e ambientais das bacias,

- Valorar melhor a água e fomentar a uma utilização racional e poupador deste recurso escasso por meio do adequado controle da demanda, incentivando a adoção de usos mais eficientes e conforme o caso, o uso de recursos não convencionais,

- Levar mais em conta a importância dos ecossistemas e dos serviços que prestados nas decisões de ordenamento e de gestão das nossas bacias;

- Mobilizar os recursos financeiros necessários para levar a cabo reformas de governança, assegurar uma gestão adequada das bacias hidrográficas e implementar um programa de ações e investimentos e garantir uma operação sustentável,

- Organizar em cada bacia o levantamento e sistematização harmonizada de dados como parte dos Sistemas Integrados de Informações,

- Apoiar as iniciativas das instituições de cooperação regional para a harmonização das políticas e das legislações no setor da água e para a elaboração e a implementação apoiar todas as iniciativas das instituições de cooperação regional no âmbito das bacias;

- Reforçar a cooperação institucional e técnica com organismos de bacias homólogos da nossa região ou de outras partes do mundo,

- Organizar melhor articulação com organizações de investigação, para melhor orientar o seu trabalho em áreas prioritárias relativas na gestão de bacias hidrográficas e difundir rapidamente os seus resultados no território.

- E finalmente se comprometem em promover o Pacto junto aos organismos de bacia, para convidar aqueles que não puderam viajar para Marselha a juntar-se a nós, fazendo dos mesmos igualmente signatários.

Entre os 69 signatários presentes, há já Organismos de Bacia Transfronteiriços Africanos, igualmente por exemplo Comitês de Bacia de Quebec e de todos os Comitês de Bacia Brasileiros representados por suas associações nacionais, e também de Organismos de Bacia Piloto do Camboja, Laos e Vietnã, na Bacia do Mekong.

O compromisso também prevê a criação de um passaporte simbólico de bacia para reforçar o sentimento de pertença dos cidadãos a sua bacia hidrográfica.

Podemos melhor gerir os recursos hídricos escondendo a realidade das bacias hidrográficas?

A Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB) foi creditada sob o “Status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) em 2007, para participar com os “Grandes Grupos” na Conferência Internacional RIO +20, de 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro – Brasil.

Com a participação de 191 países membros da ONU, representados por Chefes de Estado ou Governo e seus Ministros, Rio+20 foi um evento considerável para aqueles que fazem campanha para um desenvolvimento mais sustentável, e que vieram para apoiar a realização de novos acordos ambiciosos neste sentido.

Todos, inclusive as delegações oficiais, ficaram decepcionados com a declaração final pomposamente intitulada “O Mundo que queremos”, em tempos de crise econômica e apesar dos esforços das delegações da União Europeia, incluindo a delegação francesa, muitos governos se opuseram a novas restrições, reafirmando a primazia da própria soberania. Aqueles que requeriam unanimidade sobre o texto, tiveram que se contentar com uma declaração, mas sem progresso real, sem compromissos firmes e nenhum calendário específico.

Exceto, talvez, a proteção da camada de ozônio; concordaram com o fato de que quase nenhum de os objetivos do Rio em 1992 tinham sido realmente alcançados, apesar de alguns progressos muito ocasionais.

A gestão dos recursos hídricos e o acesso à água e saneamento foram finalmente submetidos a um pequeno capítulo, para o qual foi uma luta, e declarações aqui e ali quando trata-se da irrigação agrícola, inundação ou a seca: é melhor do que nada, e ainda há algo!

Além da fraqueza internacional oficial, a Sociedade Civil, em todas as suas formas, tem mostradas a sua vitalidade e as suas ambições falando em todos os espaços reservados ou abertos para ele.

A RIOB e OIAgua, que asseguram o secretariado mundial, podem trazer a sua visão da gestão moderna das bacias hidrográficas locais, nacionais e transfronteiriças, tal como aplicada concretamente hoje em mais de setenta países, durante vários eventos que dão muita visibilidade:

20º aniversário da “Cruz Verde” (Green Cross), onde o RIOB foi convidada a apresentar as experiências de seus membros sobre a gestão de rios, lagos e aquíferos transfronteiriços em diferentes partes do mundo,

A mesa-redonda como “Talk show”, organizada pela Franch Water Partnership (Partenariat Français pour l'eau -PFE) no Pavilhão da França, que pediu a IOWater assumir a animação, onde foram representadas as experiências da Bacia do Lago Chade, o Mekong, L'Escault, Brasil, Nova Caledônia, Turquia e França (Artois-Picardia), e a opinião das grandes operadoras como EDF ou o IRD,

O “Diálogo das Águas” (Water Dialogues), onde representantes da RIOB foram selecionados como parte dos “grandes grupos” e que aprovou uma proposta que obriga os governos a desenvolver planos de gestão integrada e uso eficiente dos recursos de água para assegurar a sua utilização sustentável em todos os níveis. Como entender por que, numa Conferência Internacional, escrever a palavra “Bacia” continua a ser um tabu?!

O “Dia da Água” (Water Day), organizado pela UNWater “Reconhecendo o progresso, tomando ações para o futuro que queremos”, 19 de junho de 2012, onde foi oficialmente convidada a RIOB a apresentar sua experiência em gestão transfronteiriça da água e as suas recomendações, durante uma mesa redonda presidida pelo Diretor Geral da OMM, da UNESCO e da UNECE, na presença do Presidente da República do Tajiquistão, na sequência da Conferência Preparatória de Dushanbe, em novembro de 2011,

O seminário dos representantes eleitos e membros do consórcio Inter Município JCP de São Paulo no Brasil que com o REBOB fornece o secretariado da Rede Latino-Americana de Organizações de Bacia (RELOB), e que organizou este evento oficial de gestão de bacias, como parte da Lei Federal Brasileira de 1997 por ocasião da Conferência Rio+20,

Segunda-feira, 16 junho no Pavilhão Francês, representantes da “Cruz Verde”, da RELOB e da REBOB (Rede Brasileira de Organismos de Bacia), das Comissões de Bacias brasileiras da JCP e dos Lagos São João oficialmente assinaram o “Pacto Mundial para uma melhor gestão da Bacia”, apresentado no Fórum, em Marselha, na presença do Secretário-Geral da RIOB, que até hoje agrupa mais de uma centena de assinaturas do pacto.

A água é o centro do desenvolvimento sustentável. É o denominador comum entre todos os grandes desafios mundiais: alimentação, saúde, energia, vias navegáveis, paz, segurança, erradicação da pobreza. Poderíamos dizer que a RIO +20 finalmente deu-lhe um lugar oficial nas estratégias das Nações Unidas, mas ainda muito pequeno, dado o que está em jogo.

SOROCABA São Paulo



JUSSARA DE CARVALHO

CIDADE E ÁGUA:
Defendendo a Inovação
e a Sustentabilidade



INTRODUÇÃO

Sorocaba tem realizado ações integradas nos últimos cinco anos objetivando a requalificação de espaços públicos urbanos. A revitalização e recuperação do rio Sorocaba e diversos córregos urbanos é um dos mais importantes programas, uma vez que integra várias ações, tais como: coleta e tratamento de esgotos domésticos, recomposição e preservação da mata ciliar, proteção e recuperação de nascentes, implantação de parques lineares, ciclovias e parques em fundos de vales, produção de mudas de árvores frutíferas e nativas e programas de educação ambiental.

Como resultado dessas ações, a paisagem da cidade vem se modificando. Ao mesmo tempo em que a qualidade das águas é recuperada, também são criados espaços de lazer e recreação para a população, que passa a valorizar o espaço urbano. Há que se registrar o aumento da biodiversidade desses sistemas. Com a volta dos peixes e animais de vida aquática é comum ver pessoas pescando às margens do rio Sorocaba.

O município de Sorocaba se destaca como uma cidade pólo regional no Estado de São Paulo, com área territorial de 449,12 km² e população de 586.625 habitantes (IBGE, 2010). Apresenta um índice de urbanização de 98,98 %, constituindo-se num território essencialmente urbano, com uma densidade demográfica de 1.327,17 hab./km².

É importante destacar que Sorocaba teve, no período de 2000 a 2010, uma taxa de crescimento populacional anual de 1,75%, bem maior que a do estado de São Paulo, que foi de 1,09% (SEADE, 2011). Registre-se também o processo de metropolização e a característica de polo que a cidade desempenha perante a Região Administrativa de Sorocaba, ou seja, Aglomeração Urbana Regional. Atualmente, o município está entre as dez maiores economias do estado, decorrente de seu amplo parque industrial e de um forte setor de serviços.



O território é marcado por uma densa e perene malha hídrica composta por mais de duas mil nascentes, dezenas de córregos e alguns rios, destacando-se os rios Sorocaba e Pirajibu por suas maiores vazões. No entanto, esse patrimônio ambiental sofre, ainda hoje, grande pressão do modelo de desenvolvimento econômico, agrícola, imobiliário e industrial, que causa constante pressão e degradação sobre os recursos naturais da cidade, especialmente os corpos de água e as nascentes.

O Programa de recuperação de rios e córregos urbanos se caracteriza por integrar as políticas ambientais.



AÇÕES DESENVOLVIDAS

DESPOLUIÇÃO DE RIOS E CÓRREGOS URBANOS

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Sorocaba vem realizando nos últimos 20 anos um trabalho intenso de despoluição dos rios e córregos do município, com a implantação dos interceptores das redes coletoras de esgoto nas margens desses cursos d'água, estações elevatórias de esgoto (EEE) e estações de tratamento de esgoto (ETE), trabalho este que o colocou em destaque entre as principais empresas de saneamento do país. O tratamento dos esgotos teve início em 2004, com a inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos Sorocaba 1, que atendia a 50% da população urbana. Atualmente o município possui um índice de coleta e afastamento de esgoto de 98% (noventa e oito por cento) e 96% (noventa e seis por cento) de tratamento dos esgotos coletados, com eficiência média de remoção de carga orgânica de 90%. Está previsto para 2012, 100% de tratamento dos esgotos domésticos, etapa fundamental no processo de despoluição dos rios e córregos urbanos.



QUALIDADE DE RIOS E CÓRREGOS URBANOS

O tratamento dos esgotos permitiu a recuperação dos teores de oxigênio dissolvido no rio Sorocaba conforme atestam os resultados do monitoramento realizado pela Agência Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Em 2004 as águas desse curso de água apresentavam 1 mg/L O₂. Com a entrada em operação da primeira ETE, esses teores de oxigênio dissolvido atingiram a média de 4 mg/L, e evoluíram para 5 a 6 mg/L à medida que novas estações de tratamento foram instaladas.

REVITALIZAÇÃO DE CÓRREGOS URBANOS

Os trabalhos de revitalização dos córregos urbanos envolvem a implantação de coletores de esgoto, galerias de águas pluviais, restauração das margens, limpeza e adequação ambiental (desassoreamento, plantio de gramíneas e árvores nativas, paisagismo e equipamentos de lazer).

Até o presente foram revitalizados 573 hectares com a implantação de áreas verdes e parques urbanos.

Os trabalhos de limpeza e desassoreamento realizados pelo SAAE envolvem rotineiramente uma extensão de 53 km ao longo dos córregos urbanos.



RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES E NASCENTES

Como consequência da intensa urbanização, as áreas ciliares sofrem pressões que implicam a sua degradação. O Programa de Recuperação de Matas Ciliares e Nascentes, instituído em 2009, e atualizado em 2010, tem como meta recuperar 100% das matas ciliares e nascentes até 2020, nas áreas urbanas e rurais. (SEMA, 2010).

Em dezembro de 2010 foi realizado pela Prefeitura o “Mega Plantio” visando a recuperação de uma área de 300.000 m² às margens do rio Sorocaba com o plantio de 50 mil mudas com espécies nativas. Este evento contou a participação de aproximadamente 10 mil pessoas envolveu empresas, escolas, organizações não governamentais, entidades de classe, igrejas e participações individuais entre outras. Em março de 2012, foi realizada a segunda edição do Mega Plantio envolvendo 30 mil pessoas com o plantio de 100 mil mudas de árvores nativas e frutíferas ao longo de mais de 5 quilômetros do canteiro central da Av. Itavuvu. No plantio de Áreas de Preservação Permanente a Prefeitura conta também com os membros da Cooperativa de Egressos e Reeducandos de Sorocaba e Região – COOPERESO, sob a supervisão da Secretaria de Meio Ambiente.



PRODUÇÃO DE MUDAS

A Prefeitura de Sorocaba conta com viveiros próprios e em parceria com universidades e presídios, com capacidade para produção de 500.000 mudas por ano que são utilizadas para projetos de arborização e recuperação de Áreas de Preservação Permanente.

Nos presídios, por meio de convênio com a Fundação Professor Manuel Pedro Pimentel de Amparo ao Preso (FUNAP), os detentos trabalham na produção de mudas, recebendo salários e redução de suas penas. Trata-se de um projeto de cunho socioambiental pois, além dos ganhos sociais, a produção das mudas são utilizadas nos plantios realizados pela Prefeitura de Sorocaba e/ou para doação aos municípios. Ainda nesta linha de projeto socioambiental há a parceira com o Projeto SOS ECO envolvendo jovens na formação para o cultivo e plantio de espécies nativas. Essa ação promove a reintegração social dos jovens, principalmente, dos que se encontram em processo de exclusão social.



CICLOVIAS

Em 2005, diante de uma política municipal voltada para ações desenvolvidas dentro do conceito de “Cidade Saudável” e “Cidade Educadora”, Sorocaba iniciou os trabalhos para elaboração e criação de um Plano Ciclovitário para o município. A meta atualizada do projeto prevê a implantação de uma rede ciclovitária de 100 km, composta por ciclovias e ciclofaixas, até o final de 2012. Essas ciclovias desenvolvem-se em grande parte ao longo dos cursos de água, permitindo uma maior integração dos municípios com os recursos hídricos que cortam a malha urbana. O Sistema de Mobilidade Urbana Integra Bike é

uma opção de deslocamento do cidadão sorocabano por meio de empréstimos de bicicletas públicas dispostas em 15 estações em pontos estratégicos da cidade. Trata-se de uma solução de meio de transporte de pequeno percurso para facilitar o deslocamento das pessoas na cidade.

Para conforto da população são dispostos 45 paraciclos, ou seja, estacionamento público de bicicletas em diversos pontos da cidade.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desenvolvida no âmbito formal e não formal. Nas escolas realiza-se a capacitação de agentes multiplicadores (professores) e a equipe da Secretaria de Meio Ambiente - SEMA que subsidia as ações com a temática recursos hídricos em projetos de educação ambiental e campanhas alusivos ao meio ambiente.

O “Mega Plantio Escolar”, evento setorizado com o objetivo de mobilizar a comunidade escolar na recuperação das áreas verdes próximas às instituições de ensino, é composto de três etapas: capacitação de crianças e professores para o plantio; plantio e acompanhamento e monitoramento das áreas recuperadas. Em 2011, foram



plantadas 10.000 mudas de espécies nativas no âmbito desse projeto. São realizados eventos alusivos ao tema com o objetivo de mobilizar a comunidade local sobre a importância de conservação e recuperação dos recursos hídricos, a exemplo do que ocorre durante o mês de março (mês da água), quando são realizadas oficinas e distribuição de mudas, exposições educativas, concursos, como o “Retratando o Rio Sorocaba”, palestras e seminários, entre outros.

PARQUES

Atualmente, Sorocaba conta com 23 Parques Urbanos, dentre os quais oito são parques ecológicos, isto é, parques com importantes amostras de fauna, flora, recursos hídricos e beleza cênica do município e região. Em 2011 foi criado o Parque Natural Municipal Corredores de Biodiversidade, que se constitui como a primeira unidade de conservação da categoria de Proteção Integral. Este parque contém uma área de 603.000 m². Destaca-se, do período de 2009 a 2011, o aumento das áreas protegidas de Sorocaba.

Ao mesmo tempo em que a qualidade das águas é recuperada, espaços de lazer e de recreação são implementados, criando espaços de convívio para a população sorocabana. Requalificar o espaço urbano significa contribuir para a melhoria da qualidade de vida na cidade.

Cabe destacar que a cidade de Sorocaba desde 2009 vem sendo premiada pelo selo verde do Programa Município Verde Azul. Em 2011, Sorocaba ficou na terceira posição, com 95,62 pontos.

O Programa Município Verde Azul avalia o desempenho ambiental das cidades do Estado de São Paulo nas áreas: esgoto tratado, lixo, recuperação da mata ciliar, arborização urbana, educação ambiental habitação sustentável, uso da água, poluição do ar, estrutura ambiental e conselho de meio ambiente.



JUSSARA DE CARVALHO
carvalhojussara3@gmail.com

O PLANO ESTRATÉGICO
DE RECURSOS HÍDRICOS
DOS AFLUENTES DA
MARGEM DIREITA DO

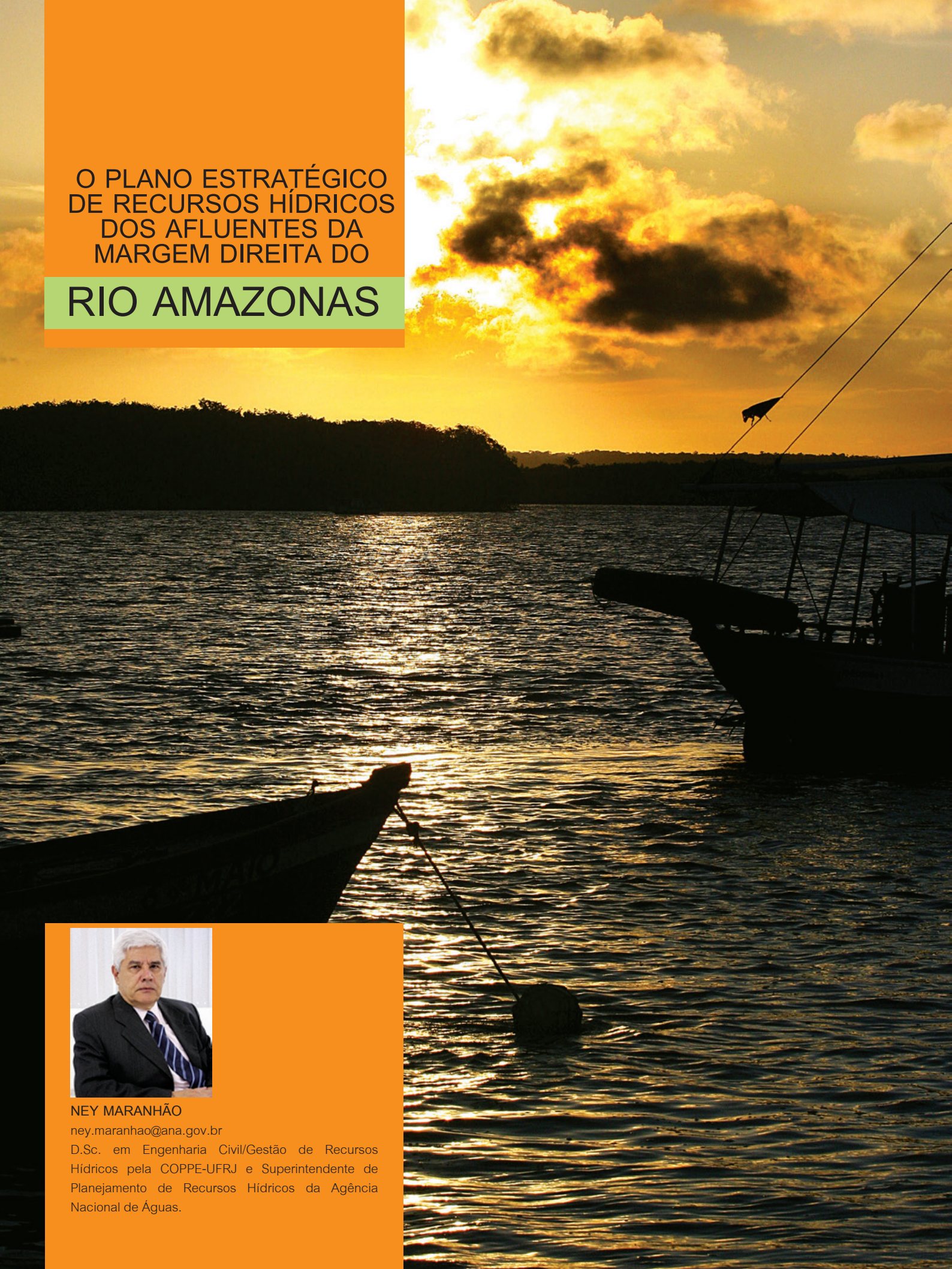
RIO AMAZONAS



NEY MARANHÃO

ney.maranhao@ana.gov.br

D.Sc. em Engenharia Civil/Gestão de Recursos Hídricos pela COPPE-UFRJ e Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas.



A Bacia Amazônica é mundialmente admirada pela expressiva variedade de ecossistemas ali presentes. Ela abriga cerca de um terço das florestas tropicais do mundo e constitui a mais extensa rede hidrográfica do globo terrestre, ocupando uma área total de 6,1 milhões de Suriname e Venezuela, equivalente a cerca de 40% do continente sul-americano, estendendo-se da Cordilheira dos Andes ao Oceano Atlântico, no norte do Brasil. No Brasil, a Bacia Amazônica ocupa uma área de 3,9 milhões de km², correspondente a 64% de sua área total e a 46% do território brasileiro. No Brasil, a parcela da margem direita do Amazonas se estende por terras dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia ou 2,54 milhões de km².

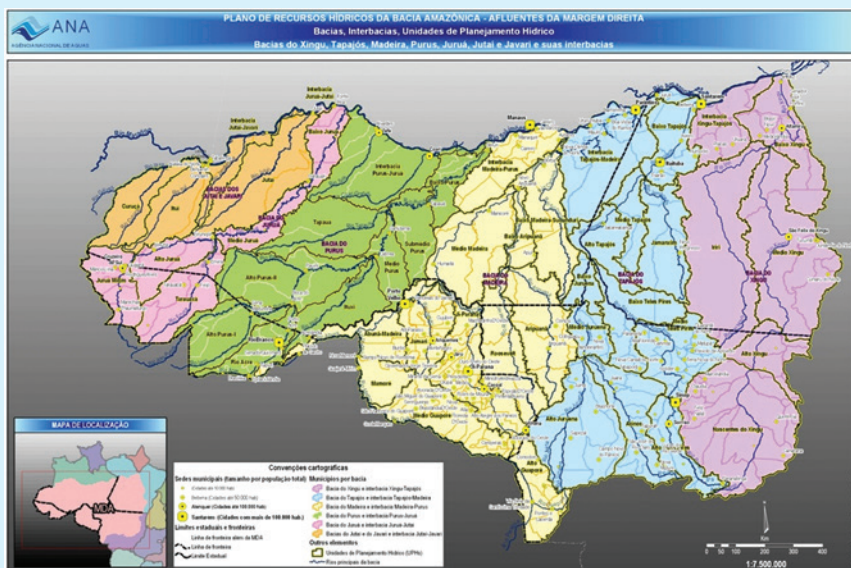
Tendo em conta as transformações a que essa região tem sido exposta nas últimas décadas - especialmente em sua porção meridional, mas não limitada a ela - e os interesses setoriais já declarados, a Agência Nacional de Águas decidiu elaborar um plano de recursos hídricos, de natureza estratégica, que pudesse constituir-se em um instrumento efetivo para orientar a gestão dos recursos hídricos nessa região. O Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas (PERH-MDA) aborda as bacias hidrográficas dos rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Jutai e Javari, além das interbacias situadas entre elas, nas quais vivem 5,11 milhões de habitantes (3 milhões em cidades) e formada por 224 municípios (195 dos quais com sede na MDA). A Figura 1 oferece uma visão da MDA no Brasil e das bacias que a compõem. As bacias do Xingu, do Tapajós e do Jutai são inteiramente nacionais; já as águas das bacias do

Madeira, Purus, Juruá, e Javari ocupam terras da Bolívia (as duas primeiras) do Brasil e do Peru. Com exceção da bacia do Jutai, as demais possuem dimensões comparáveis a muitos países de grande expressão política e econômica.

Na base desse plano de recursos hídricos encontra-se a concepção global de um modelo de desenvolvimento econômico e social que permita ao Estado brasileiro, e aos que ali vivem, a apropriação de suas riquezas de forma sustentável - um debate travado no seio da sociedade brasileira que perpassa a exploração dos recursos naturais, a ocupação do território, a atividade agropecuária, a manutenção da floresta e da biodiversidade, o poder do Estado Brasileiro fazer cumprir o que suas instituições e a sociedade decidirem sobre a região.

Os estudos existentes sobre a Amazônia se caracterizam não apenas pela diversidade temática, mas também pelas diferentes escalas de abordagem e cobertura geográfica. O PERH-MDA é o primeiro esforço de planejamento de recursos hídricos da Amazônia segundo o modelo da lei 9433/97, que vê a água como um bem de domínio público, para o qual preconiza a ação descentralizada e participativa, assim como o uso múltiplo. Ele foi desenvolvido para constituir-se em um instrumento de efetiva gestão dos recursos hídricos, de modo a garantir seu uso sustentável e racional, em benefício das gerações presentes e futuras.

A precipitação anual média na MDA é de 2.159mm, variando de 1500 mm no sul da bacia do Xingu a 3000 mm no norte da Bacia do Juruá.



Bacias afluentes da margem direita do Amazonas e UPHs (unidades de planejamento hídrico) do PERH-MDA

Unidade de Planejamento Hídrico ((UPH) são subdivisões das bacias hidrográficas estudadas, caracterizadas por uma homogeneidade de fatores geológicos, geomorfológicos, hidrográficos e hidrológicos que permitem a organização das informações e o planejamento dos recursos hídricos ali localizados. As UPHs são formadas por bacias ou sub-bacias hidrográficas de rios afluentes ou por trechos das bacias dos rios principais

O plano também reconhece a grande disponibilidade hídrica da região. Os estudos evidenciaram que ela é persistentemente alta em todas as UPHs: valores de Q95 inferiores a 100m³/s são verificados apenas nas UPHs Iriri, Rio Acre, e na interbacia Juruá-Jutai; valores inferiores ou iguais a 200 m³/s são observados nas UPHs Alto Purus I, Alto Guaporé, Aripuanã e Tarauacá, além das interbacias Xingu-Tapajós e Juruá-Mirim.

Demandas referentes a usos consuntivos superiores a 1m³/s são registradas nas UPHs Ji-Paraná (5,88 m³/s), Alto Juruena (3,75 m³/s), Arinos (3,17 m³/s), Alto Teles Pires (3,12 m³/s), Médio Teles Pires(3,1 m³/s), Nascentes do Xingu(2,81 m³/s), Rio Acre (2,02 m³/s), Abunã-Madeira (1,91 m³/s), Jamari (1,83 m³/s), Médio Guaporé(1,64 m³/s), Médio Xingu(1,59 m³/s), Alto Guaporé(1,44 m³/s), Roosevelt(1,26 m³/s), Alto Xingu(1,1 m³/s) e Baixo Tapajós (1,01 m³/s). Dentre os diversos usos consuntivos destacam-se a dessedentação animal, a irrigação e o abastecimento humano.

Há, portanto, uma confortável situação de disponibilidades versus demandas para usos consuntivos em toda a MDA. Apenas três UPHs registram valores superiores a 1% para essa relação: Rio Acre (2,8%), Ji-Paraná (2,2%) e Alto Guaporé (1,1%), o que é explicável pela grande vazão dos principais corpos hídricos. Não obstante – e em que pese a escala em que foi conduzido o PERH-MDA como primeiro plano de recursos hídricos de bacias da região amazônica – foram identificados alguns trechos de rios nos quais a disponibilidade hídrica é mais reduzida (devido a características locais) que deverão merecer maiores atenções na implementação do plano.

A qualidade das águas também deve merecer maiores atenções, tanto para compreender sua complexa dinâmica atual quanto para monitorar os efeitos de ações antrópicas já existentes, desenvolvidas ou introduzidas na região. Situações locais envolvendo disponibilidades hídricas, do ponto de vista quantitativo ou qualitativo, podem ocorrer e terão que ser administradas, especialmente em igarapés ou pequenos corpos hídricos que atravessam cidades ou situam-se à margem de núcleos populacionais, bem como nas cabeceiras de cursos d'água onde a vazão específica é baixa.

Um conjunto de temas relevantes emerge do PERH-MDA, propondo-se diretrizes e intervenções para seu encaminhamento. Elas têm em si um expressivo potencial transformador, capaz de apoiar a criação de novas condições e perspectivas de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Suas características permitem a realização de modulação regional e temática, implementação continuada, experimentações, inovações, dimensionamento diferenciado e a constituição de redes, que poderão crescer e conectar-se à medida que essas iniciativas avancem. O PERH-MDA representa, assim, um importante movimento sobre as bacias dos afluentes da margem direita do Amazonas, um olhar global e integrado sobre as sete bacias, identificando convergências e diferenças entre elas, estabelecendo diretrizes para os instrumentos de gestão de recursos hídricos, ações a empreender e oferecendo recomendações aos setores usuários.



Confluência do Rio Aripuanã (águas claras, lado esquerdo) com o Rio Madeira (águas brancas, lado direito), próximo à cidade de Novo Aripuanã (AM).

O PERH-MDA evidencia, mais que tudo, a necessidade de uma gestão evolutiva dos recursos hídricos da MDA. Ele abre um diálogo para a integração e alinhamento dos planos temáticos do Ministério do Meio Ambiente e demais planos setoriais existentes, todos considerados na sua elaboração, possibilitando, desse modo, que a gestão dos recursos hídricos, a gestão ambiental e as ações setoriais orientadas para o desenvolvimento socioeconômico regional em bases sustentáveis sejam integradas a partir do tratamento personalizado de cada bacia integrante da MDA, em função de suas características, especialmente das vulnerabilidades e potencialidades que apresentam, como assinalado no Plano.

Nesse sentido, para além das peculiaridades identificadas das unidades de planejamento hídrico (UPHs) em que cada bacia foi dividida para fins do estudo, o plano reconhece três situações distintas, para as quais propõe condutas próprias.

Para a primeira categoria - áreas onde a presença/atividade humana ainda é muito rarefeita ou vedada e distribuídas por todas as bacias da MDA - a ação recomendada consiste na proteção e monitoramento.

A segunda diretriz é aplicável às áreas mais sensíveis, ainda não protegidas, onde a presença humana ainda não se estruturou em grande escala e ainda pode ser organizada segundo a capacidade de suporte do território, isto é, regiões da MDA em que a atividade antrópica ainda não alcançou um nível crítico. Para essas áreas, que se distribuem predominantemente nas bacias dos rios Purus, Juruá, Jutai e Javari, o Plano sugere (i) a conservação e/ou preservação ambiental das áreas mais valiosas ambientalmente, inclusive com a criação de novas áreas protegidas nos locais de maior vulnerabilidade, como áreas de floresta ombrófila densa, e (ii) o fomento a arranjos produtivos locais estabelecidos a partir das cidades existentes nas calhas dos rios, utilizando o modal aquaviário, interessando produtos da floresta ou das águas e, assim, assegurando a sustentabilidade ambiental dessas áreas. Dessa forma, populações e núcleos urbanos dessas áreas da MDA poderiam atuar como guardiões da floresta. Por último, nas bacias cuja ocupação antrópica apresenta características irreversíveis, marcadas por atividade agropecuária e pela proliferação de núcleos urbanos vinculados aos projetos de colonização dos anos 70, como nas bacias do Madeira, Tapajós e parte da bacia do Xingu, sempre privilegiando o uso múltiplo dos recursos hídricos, o Plano recomenda a implantação e progressivo incremento da gestão, visando a racionalização do crescente uso dos recursos hídricos e recuperação da degradação existente nas áreas mais antropizadas. Neste último caso, a gestão deve ser instalada nas UPHs mais críticas e estendida gradualmente, irradiando-se a partir delas para as demais UPHs onde a atividade antrópica seja expressiva.

Para dar conta dessa proposta, o Plano formula programas a serem implementados, focados na gestão dos recursos hídricos em seus múltiplos aspectos e nas interfaces com a gestão ambiental, nas intervenções estruturais planejadas pelos diversos setores usuários dos recursos hídricos ou nas necessidades da região (caso do saneamento

ambiental) e em pesquisas de temas de grande relevância para a compreensão do funcionamento dos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos.

As bacias dos rios Tapajós, Madeira e Xingu devem ser tratadas como prioritárias para a gestão dos recursos hídricos em razão das atividades socioeconômicas já existentes, empreendimentos planejados, potencial mineral e energético, áreas protegidas, ritmo de urbanização e a identificação de conflitos em torno dos recursos hídricos. Dentre elas, a bacia do Tapajós desponta como a bacia chave da MDA, seja pelo seu potencial, seja pela sua situação singular na MDA, seja pela infraestrutura e performance econômica. Grandes empreendimentos planejados deverão ser objeto de rigoroso licenciamento ambiental, examinados por bacia, considerados em bloco, de forma integrada, analisando-se o conjunto deles na bacia em que se inserem, sempre ponderando todos os demais usos previstos para a água nessa bacia e o efeito sinérgico ou os “trade-offs” possíveis em relação às demais bacias da MDA. Do mesmo modo, as compensações deverão ser pensadas de forma a atender o local impactado, a bacia e o conjunto da MDA, contemplado como um todo.

A tônica do Plano é antecipar, prevenir, orientar e intervir, atuando com maior ênfase nas áreas sensíveis, vulneráveis e ameaçadas ou onde as demandas já requerem acompanhamento e controle, abordando a Amazônia com cuidado, ouvindo seus habitantes e investindo em estudos e cuidados com esse extraordinário patrimônio.

O PRH-MDA representa uma contribuição ao debate sobre a Amazônia e à formulação de uma Política Nacional de Recursos Hídricos projetada em um horizonte mais largo a partir de uma gestão dos recursos hídricos alicerçada em bases científicas. Articuladas entre si, a gestão dos recursos hídricos e a política ambiental para a Amazônia funcionarão como os polos de uma política de Estado para a região e, ao mesmo tempo, propiciarão uma visão global da MDA segundo uma perspectiva nacional, com uma retomada do papel do Estado como agente indutor, gestor e regulador/fiscalizador do desenvolvimento sustentável na Amazônia.



Projeto Rios Voadores-balão

PROJETO RIOS VOADORES

O Brasil pode ser posicionado como uma das maiores potências mundiais no contexto ambiental, tendo grande abundância de águas subterrâneas e também a maior rede de bacias hidrográficas do Planeta. Cerca de 12% das reservas de água doce do planeta estão em nosso território. Mesmo assim, sofreremos com a distribuição irregular deste recurso, visto que 80% da água estão na Bacia Amazônica, região que concentra apenas 7% da população brasileira.

Além disso, a ONU prevê um aumento de 40% na demanda mundial de água até 2030. Isto demonstra a responsabilidade tanto da sociedade quanto das empresas na busca da preservação dos recursos naturais, sobretudo dos recursos hídricos. Como uma das cinco maiores empresas de energia do mundo, a Petrobras tem entre seus principais desafios ser referência internacional

em responsabilidade social e na gestão dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e dando grande atenção ao uso eficiente e racional da água.

Durante o VI Fórum Mundial da Água, realizado em março deste ano, na França, a Petrobras teve a oportunidade de mostrar iniciativas de reaproveitamento e conservação deste recurso. No ano passado, os projetos realizados nas unidades da Companhia resultaram no reúso de mais de 20 bilhões de litros de água, o que já equivale a cerca de 10% do volume necessário às suas operações.

Outra frente importante na conservação dos recursos hídricos é o Programa Petrobras Ambiental (PPA) que, desde 2003, patrocina projetos de conservação e educação ambiental focados nos temas água e clima. Para o período 2008-2012, foram reservados R\$ 500 milhões para investir



Projeto Rios Voadores

no programa, tendo o Projeto Rios Voadores como uma das iniciativas ícones. Em 2011, a carteira de projetos do PPA contou com quase cem iniciativas, com envolvimento direto de mais de 420 mil pessoas. Os projetos atuam nas linhas de gestão de corpos hídricos superficiais e subterrâneos; recuperação ou conservação de espécies e ambientes costeiros, marinhos e de água doce; e fixação de carbono e emissões evitadas. O PPA já patrocinou projetos em dezenas de bacias e ecossistemas em cinco biomas brasileiros: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Pantanal.

O Projeto Rios Voadores, também apresentado no fórum, tem como objetivo mostrar até que ponto a presença da Floresta Amazônica contribui para o clima no restante do Brasil e como o desmatamento da região amazônica poderia afetar o clima e alterar o ciclo das chuvas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do País. A iniciativa consiste em uma expedição brasileira que percorre os “rios voadores”, definidos como as correntes de ar carregadas de vapor de água que atravessam a Amazônia e trazem a umidade para outras regiões do Brasil.

Em ação inédita, um balão é utilizado para realizar voos mais próximos à floresta, permitindo fazer a coleta do vapor de água cedida para a atmosfera pela evaporação das folhas e a transpiração das árvores e plantas. Segundo os cálculos do pesquisador do projeto Antônio Nobre, são cerca de 20 bilhões de toneladas de água por dia que evaporam da floresta, sendo que uma parte é transportada de forma “invisível”, por cima das nossas cabeças. Para se ter uma ideia, a vazão média do Amazonas é da ordem de 17 bilhões de toneladas de água por dia. Ou seja: a quantidade de água evaporada diariamente poderia superar a vazão do maior rio do mundo. Apenas uma árvore pode evaporar 300 litros de água em um dia, podendo, quando maiores, jogar até 1.100 litros na atmosfera. O clima de São Paulo, por exemplo, nunca terá impacto direto na Amazônia, mas o estado de preservação de toda a região amazônica parece fazer a diferença, não só para as demais cidades brasileiras como até mesmo para outros países.

As informações coletadas pelo Projeto Rios Voadores permitem aumentar o conhecimento sobre o movimento das massas de ar pelo País, um dos elementos cruciais para o entendimento dos efeitos das mudanças climáticas. Os resultados são apresentados para professores e alunos em centenas de escolas de diversos estados. Até agora, 50 mil crianças já foram conscientizadas sobre a necessidade de evitar a poluição de mananciais, rios e mares e, sobretudo, a importância da preservação da Floresta Amazônica, não só para o clima de todo o País, mas do bem estar de todos os brasileiros.



Gerard Moss

Gislaine Garbelini, gerente setorial de Programas Ambientais da área de Responsabilidade Social da Petrobras

Gerard Moss, ambientalista e Coordenador do Projeto Rios Voadores. Recebeu, em 2011, a condecoração da Rainha do Reino Unido, Elizabeth II, pelos serviços prestados em questões do meio ambiente no Brasil.



Programa Acreditar

Inclusão Social e Legado para o Futuro

Durante o 6º Fórum Mundial da Água em Marselha, um dos principais focos de atenção foram as soluções que viessem a oferecer respostas ao desafio de se promover o desenvolvimento de grandes programas e projetos de infraestrutura hídrica com envolvimento das comunidades locais, inclusão social e compartilhamento de benefícios durante à fase de implantação, mas, também, em longo prazo. O tema foi outra vez discutido na Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho deste ano no Rio de Janeiro, quando a presidente Dilma Rousseff defendeu a inclusão social e a preservação ambiental como elementos para o desenvolvimento econômico global.

O desafio do Brasil com a inclusão social deverá ser conduzido com base na distribuição de renda, educação e saúde. E, em apoio a esta agenda nacional, algumas empresas atuam cada vez mais comprometidas e com especial atenção para a escassez de mão de obra qualificada, fator crítico que afeta a qualidade de serviços e produtos entregues, cronogramas e, conseqüentemente, a produtividade e crescimento do País. O Programa Acreditar – idealizado e implementado pela Odebrecht a partir da Hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Madeira, desponta

como solução inovadora para compatibilizar objetivos muitas vezes percebidos como conflitantes.

Em 2007, estudos feitos pela Odebrecht em parceria com a ONG CPPT Cuniã, em Porto Velho (RO), constataram a baixa disponibilidade de mão de obra preparada para atender a grande demanda que seria gerada com a construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que, no pico das atividades, demandaria 20 mil trabalhadores. De acordo com o levantamento, a população local responderia somente por 30% das vagas.



Para evitar a contratação de trabalhadores de outras regiões, o que provocaria um grande fluxo migratório com impactos sociais, a Odebrecht implantou, em fevereiro de 2008, sete meses antes do início das obras, um programa de capacitação profissional. Além de atender a necessidade específica da construção da hidrelétrica, a empresa deixaria como legado para a região a inclusão de profissionais qualificados no mercado de trabalho, trazendo benefícios econômicos e sociais.

A mobilização de moradores para adesão aos cursos foi realizada por meio de ações de sensibilização em igrejas, associações de bairro e em escolas municipais e estaduais que ministravam cursos de Educação de Jovens e Adultos.

Todos os participantes passam por dois módulos, básico e prático. No básico, são abordadas as disciplinas de saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, qualidade e psicologia do trabalho. No módulo técnico, o participante recebe treinamento específico na área pretendida com aulas práticas e acompanhamento da equipe da obra. Os cursos oferecem formação em quinze funções, entre elas mecânico, eletricitas e operadores de máquinas.



Como resultado do esforço e de um investimento de R\$ 27,5 milhões, foi possível reverter o cenário inicial em Porto Velho e, hoje, 80% dos cerca de 17 mil trabalhadores desse empreendimento são moradores de Rondônia, dos quais 2.500 são mulheres. No total, o Programa Acreditar possui mais de 42 mil qualificados só na região de Porto Velho.

O sucesso da iniciativa fez com que o Programa fosse replicado nas obras da Odebrecht no Brasil e em sete países do exterior. No Brasil, o Programa tem investimento total de R\$ 29 milhões e mais de 52 mil profissionais formados, sendo que cerca de 34 mil foram contratados para atuar em obras da Odebrecht.

Inspirado no Programa Acreditar, a Odebrecht Energia desenvolveu o Programa Acreditar Júnior. Dedicado aos filhos de trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, é fruto de uma parceria com o Senai e oferece cursos para qualificar profissionalmente jovens de 14 a 17 anos de idade, e que estejam cursando, no mínimo, o 6º ano do ensino fundamental.



O Acreditar Junior já capacitou 1.100 jovens de Porto Velho (RO) em cursos profissionalizantes como mecânica de manutenção de automóveis; operador de microcomputador; assistente de produção, entre outros. Criado em 2009, o Programa Acreditar Júnior atende a lei do Jovem Aprendiz e tem como diferencial oferecer aulas não técnicas, como adolescência, meio ambiente e educação financeira, além do acompanhamento de psicólogo. Os alunos ganham materiais e lanche. Eles recebem meio salário mínimo e possuem todos os direitos garantidos, além de terem acompanhamento escolar através da frequência e de notas bimestrais.

O Acreditar é um exemplo de solução “ganha-ganha”, forjada a partir dos desafios impostos para a implantação de um grande empreendimento de infraestrutura hídrica e que tem sido replicado no Brasil e internacionalmente. O Programa teve uma grande visibilidade e enorme receptividade no Fórum Mundial destacando-se como mais uma contribuição Brasileira de sucesso.



LUIZ GABRIEL T. DE AZEVEDO
Diretor de Sustentabilidade da
Odebrecht Energia
gazevedo@odebrecht.com



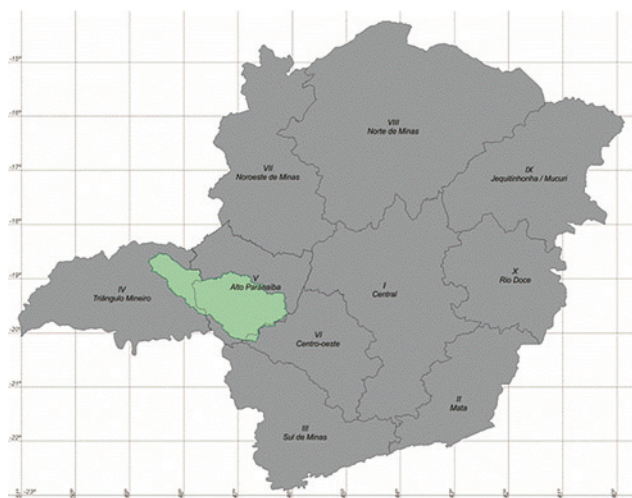
HISTÓRIA DE UM COMITÊ

A GESTÃO HÍDRICA NAS ÁGUAS DO ARAGUARI-MG

A BACIA

O rio Araguari, que dá nome à bacia, nasce no Parque Nacional da Serra da Canastra, a 1.180 m de altitude, no Município de São Roque de Minas e percorre 475 km até desaguar a 510 m de altitude no rio Paranaíba, formador do rio Paraná juntamente com o rio Grande. No percurso, drena porções territoriais de 20 Municípios, correspondentes a uma área de 22.091 km².

A bacia ocupa uma porção da Mesorregião do Triângulo Mineiro, no oeste do Estado e localiza-se na margem esquerda do rio Paranaíba, no seu médio curso.

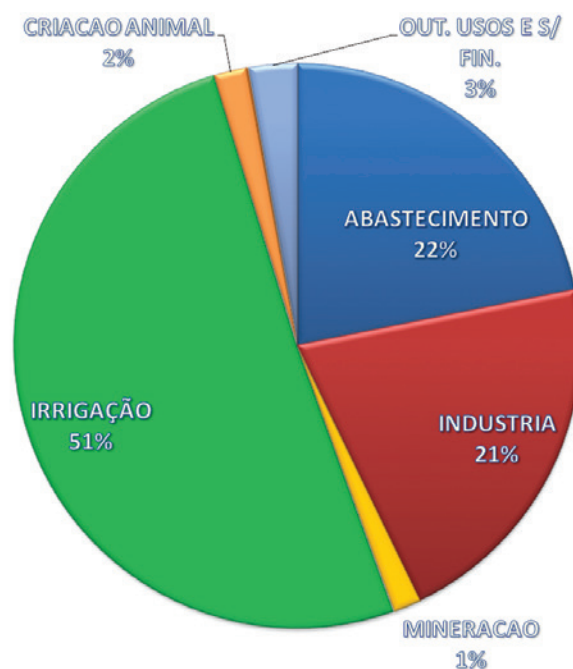


Bacia do Rio Araguari e Regiões de Planejamento de MG.
FONTE: Monte Plan

Nesse território desenvolve-se uma atividade econômica intensa, onde é produzido um montante significativo do PIB mineiro. Agricultura irrigada, abastecimento, indústria e mineração são os principais usuários de suas águas, com 51%, 22% e 21% respectivamente, do volume captado. Quatro aproveitamentos hidrelétricos construídos em seu leito, totalizando 1.397 MW de potência instalada completam o arco de usuários principais na bacia.

Isto se reflete numa pressão muito grande de demanda pelo uso da água, e os conflitos já estão instalados. Segundo dados constantes no Resumo Executivo do Plano da Bacia, 7 das 19 sub-bacias em que a bacia foi subdividida já apresentam conflito quantitativo,

com uma demanda acima da vazão outorgável.* Estudos efetuados no ano passado pela COBRAPE para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba apontam que parte da Bacia do Araguari deve sofrer uma forte expansão da irrigação, agravando ainda mais os conflitos.



Distribuição do volume captado por segmento. Volume total captado = 364 mil m³/ano. FONTE: Monte Plan

O COMITÊ

Pelos idos de 1966, antes mesmo da Lei 9.433, um grupo de usuários cafeicultores mobilizados em torno da Associação dos Cafeicultores de Araguari e alguns professores da UFU – Universidade Federal de Uberlândia iniciaram uma mobilização pela criação de um comitê de bacia. Com apoio do órgão gestor do Estado, realizaram reuniões sucessivas em diversas cidades debatendo a temática da escassez, dos conflitos decorrentes, além da necessidade de se constituir um comitê, a representação dos segmentos, o regimento interno, etc. Em 23 de Setembro de 1998, culminando o processo, foi publicado o Decreto de criação do CBH Araguari.

A partir de 2005 até 2008, como condicionante de licenciamento de aproveitamento hidrelétrico no rio Araguari, foi aportado recurso financeiro pelo empreendedor para a estruturação do Comitê e de sua Agência Equiparada. A Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari – ABHA, criada com a congregação de usuários membros do Comitê, administrou esse recurso de pouco mais de R\$ 595 mil, que foi suficiente para contratar um plano de bacia e manter uma estrutura administrativa de suporte ao CBH praticamente até a implementação da cobrança na bacia. Em julho de 2007 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG equiparou a ABHA à agência da bacia.

OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E A PERSPECTIVA NA BACIA



Reunião do Comitê - CBH Araguari

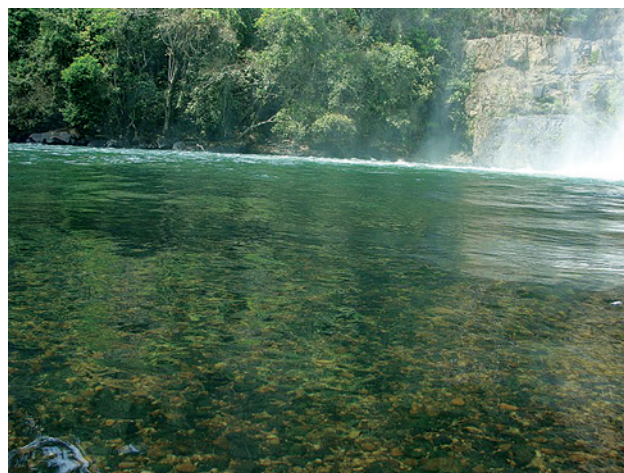
Contratada pela ABHA, com os recursos da compensação ambiental, a elaboração do Plano da Bacia teve início em agosto de 2006, tendo sido aprovado pelo CERH-MG no final de 2008. Feito com recursos limitados, o Plano se constitui num conjunto de diretrizes e num programa de investimentos genéricos resultantes, porém, de uma opção do Comitê, para dar início à gestão na bacia. O detalhamento do programa de ações vem sendo realizado paulatinamente por meio do planejamento estratégico feito em plenária.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos teve sua

implementação aprovada pelo CERH em meados de 2010, com arrecadação de cerca de R\$ 6 milhões anuais. Resultado de uma campanha de divulgação e de consultas públicas na bacia, a inadimplência não ultrapassa 5% do valor.

A grande questão que se coloca para o Comitê, agora que tem seu plano e a cobrança implantada: como implementar as ações necessárias na bacia? Como articular e compatibilizar a gestão participativa com as metas do plano? Embora haja uma efetiva participação de representantes dos Municípios, verifica-se um grande distanciamento entre as políticas públicas municipais e a política de recursos hídricos na bacia; a articulação ainda é precária. Editais de chamamento aos municípios para manifestação de interesse em tratamento de esgoto, em recuperação de áreas degradadas têm tido menos respostas do que se deseja.

Duas experiências, porém, se destacam, como exceção à regra. A primeira é um projeto em convênio com o município de Ibiá para reforma e ampliação de um horto, visando fornecer mudas para ações de recuperação no escopo de um outro projeto, aprovado em edital da ANA, para investimento em áreas do alto curso de uma importante sub-bacia para a manutenção das vazões. Outra experiência trata da constituição de um consórcio



Cachoeira no Rio Claro - Davi Leandro

intermunicipal para ações de saneamento. Articulado com o auxílio da ABHA, congrega quatro municípios tendo como primeira meta a implantação de um aterro sanitário, cujo projeto executivo será financiado com

recursos da cobrança. Participam da articulação o Comitê; os municípios de Perdizes, Pedrinópolis, Nova Ponte e Santa Juliana; a FEAM; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e a Promotoria das Bacias Hidrográficas dos Rios Paranaíba e Baixo Rio Grande. Espera-se que num horizonte temporal mais alongado, com a consolidação desse consórcio, outros projetos em saneamento ambiental possam ser incrementados, na perspectiva do plano da bacia.

Por outro lado, alguns entraves de caráter normativo também têm se colocado no caminho da gestão da bacia. O “espírito” do contrato de gestão, os pressupostos de sua aplicabilidade ainda não têm sido plenamente compreendidos pelo Estado, sendo muitas vezes tratado como convênios, no processamento dos repasses e da prestação de contas. A agilidade na aplicação dos recursos da cobrança acabam se perdendo por conta dos procedimentos administrativos aplicáveis aos convênios de repasse, mas que poderiam ser diferenciados para os contratos de gestão. É um exercício de diálogo e negociação que as agências das bacias mineiras têm empreendido com o governo do Estado, visando normatizar e desburocratizar a aplicação do dinheiro da cobrança, que pertence à Bacia e não aos cofres estaduais.

Por fim, deve se ressaltar que a cobrança da água somente se justifica se puder ser revertida na forma de projetos que conectem todos os aspectos relacionados com a água. Entender a água não somente no seu aspecto material, como recurso para os processos antrópicos, mas inserido na dinâmica da Natureza e da Sociedade, na sua integralidade. Esse é o grande desafio que se coloca para os Comitês – não somente do Araguari, mas certamente de todo o Brasil.

*30% da Q7,10 era a vazão de outorga praticada na época do estudo. Atualmente é de 50% da Q7,10, alterada pela Resolução Conjunta SEMAD-IGAM Nº 1548, de 29/03/2012.



Wilson Akira Shimizu

washimizu@ufu.br

Engenheiro civil, formado pela Universidade de São Paulo. Tem mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, onde trabalha lotado na Faculdade de Engenharia Civil. Representa a Universidade no Comitê, ocupando atualmente a sua presidência. É membro da Coordenação Colegiada do Fórum Mineiro de CBHs, tendo exercido a sua Coordenação Geral de 2009 a 2011. Coordena ainda a Câmara Técnica de Planejamento Institucional do CBH Paranaíba.



**ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS
DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**
CUIABÁ/MT



XIV ENCOB

Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

Cuiabá-MT, de 4 a 9 de novembro de 2012





MATO

A realização do XIV ENCOB-Cuiabá, em novembro de 2012, fortalecerá a Política de Recursos Hídricos no Mato Grosso, divulgando o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, principalmente os Comitês de Bacias Hidrográficas que é parte integrante deste sistema.

“Não podemos nos preocupar em não usar a água... mas sim... em como usá-la”.

“A abundância de água... torna o Estado ainda mais responsável por sua conservação”.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO MATO GROSSO

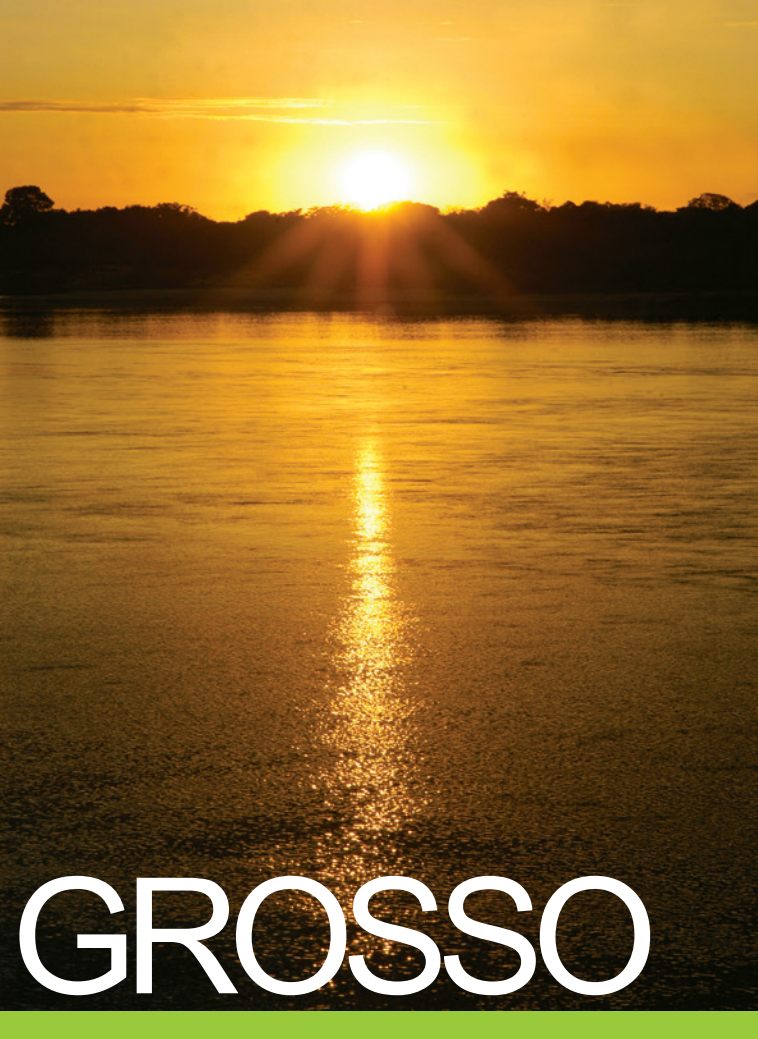
O processo de participação social está previsto nas diretrizes básicas da Política de Recursos Hídricos, que estabelece que o gerenciamento dos recursos hídricos deva ser feito de forma integrada, descentralizada e participativa, perseguindo a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo desses recursos.

Foram instituídos 2 Comitês de Bacias Hidrográficas em Mato Grosso; o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Ribeirões Várzea Grande e Sapé, CBH-COVAPÉ e o Comitê de Bacia do Rio Sepotuba, CBH-SEPOTUBA.

NOSSO ESTADO!

A diversidade da natureza no coração da América do Sul. Grandes porções de três importantes biomas brasileiros ricos em biodiversidade: Cerrado, Pantanal e Amazônia encontram-se em Mato Grosso.

A natureza exuberante atrai ecoturistas de todo o mundo.



A capital, Cuiabá, com 530.308 mil habitantes (Censo 2010 - IBGE), tem boas opções de hospedagem, gastronomia e serviços.

CLIMA

Mato Grosso tem estações de chuva e de seca bem definida. No Norte – na região amazônica do estado –, predomina o clima equatorial, com temperatura média anual de 26°C e chuvas entre dezembro e julho. Ao Sul, na região do Pantanal, prevalece o clima tropical continental, com temperatura média anual de 22°C e chuvas entre novembro e maio.

RELEVO

O Estado está assentado sob o chamado Maciço do Brasil Central, que faz limite ao Norte com a Bacia Amazônica, a Leste com a Bacia do São Francisco, a Oeste com a borda oriental andina e ao Sul-Sudeste com a Bacia do Paraná – BAP. As maiores altitudes estão ao Sul – o ponto culminante fica na Serra do Monte Cristo.

HIDROGRAFIA

Mato Grosso é privilegiado em recursos hídricos. Seu território abriga nascentes de rios que alimentam grandes bacias hidrográficas do Brasil: a Amazônica, a do Tocantins-Araguaia e do Paraguai.

A Bacia Amazônica, ao Norte do estado, inclui vários rios à

O estado é dividido em quatro regiões turísticas. O Cerrado abrange a capital, Cuiabá, e a Chapada dos Guimarães. No Sudoeste fica o Pantanal, uma das maiores planícies alagáveis do planeta. Mato Grosso tem sua parte de Floresta Amazônica no Norte. A Leste, na região do Vale do Araguaia, o Rio Araguaia desenha a divisa com os estados de Goiás e Tocantins.

Cuiabá é polo de eventos de agronegócios. Com boa rede hoteleira, vida noturna movimentada, patrimônio histórico e restaurantes charmosos, foi escolhida para ser uma das sedes da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. A partir de Cuiabá chega-se aos principais destinos turísticos do Estado.

Situado na região Centro-Oeste do país, Mato Grosso faz divisa com seis outros estados brasileiros: Mato Grosso do Sul, ao sul; Goiás e Tocantins, a Leste; Pará e Amazonas, ao Norte; e Rondônia, a Oeste. No Oeste, também faz fronteira com a Bolívia.

Extensas planícies e planalto com amplos horizontes marcam a paisagem de Mato Grosso, que tem a terceira maior extensão territorial do país – 903 mil km², nos quais vivem aproximadamente 3 milhões de pessoas.



margem direita do Rio Amazonas, entre os quais o Xingu – que percorre mais de 2 mil km.

Na Bacia Tocantins-Araguaia, o Rio Araguaia e seus

principais afluentes delineiam uma divisa natural com mais de 1.000 km de extensão entre Mato Grosso e os Estados de Tocantins – onde está situada a Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo – e de Goiás.

A Bacia do Paraguai abastece o Sul e Sudoeste mato-grossenses. O Rio Paraguai é o principal responsável pelo movimento de cheia e vazante do Pantanal, e o Rio Cuiabá corta a capital.

PANORAMA ECONÔMICO

O primeiro ciclo econômico de Mato Grosso foi o da mineração, com a descoberta de ouro no século XVIII. Mais tarde veio a exploração de cana-de-açúcar, da borracha e da erva-mate. Por fim, a pecuária e a agricultura tornaram-se predominantes no território e são responsáveis pela maior parte das riquezas produzidas no estado, que se tornou um grande exportador.

Hoje, Mato Grosso é o maior produtor nacional de grãos – com destaque para a soja – e tem o mais numeroso rebanho de gado do Brasil.

HISTÓRIA

A história de Mato Grosso confunde-se com a história do Pantanal. A região tornou-se conhecida quando os primeiros aventureiros espanhóis navegaram pelo Rio da Prata, rumo ao Norte, em busca do reino das guerreiras amazonas e do Eldorado. Os relatos desses aventureiros descrevem



um fabuloso espaço fluvial-lacustre habitado por criaturas fantásticas e indígenas possuidores de prata e ouro. Nos mapas da época, o Pantanal era representado por uma grande lagoa, a Laguna de Los Xarayes, com epicentro no encontro entre os rios Paraguai e Cuiabá.

No final do século XVI (1598), os jesuítas, a serviço dos espanhóis, fundaram o primeiro núcleo de ocupação. Exatamente meio século depois (1648), foram expulsos por bandeirantes paulistas. Simultaneamente, por volta de 1650, chegaram os guaicurus, índios vindos do sopé dos Andes e que haviam aprendido a domar os cavalos trazidos pelos espanhóis. Exímios cavaleiros, os guerreiros guaicurus tinham uma mobilidade desconhecida pelos outros indígenas e logo se tornaram senhores do território. Apenas uma tribo de índios ferozes – os paiaguás, que dominavam os rios com canoas leves e ligeiras – também habitava o espaço pantaneiro.

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, estabeleceu que o atual território do estado pertencia à Espanha. Mas Portugal também cobiçava a região e, com a descoberta de ouro pelos bandeirantes às margens do Rio Coxipó, em 1718, fundou, já no ano seguinte, o primeiro povoado português, Cuiabá. Os tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) asseguraram aos portugueses a posse da região.

A primeira capital mato-grossense foi Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752, no Vale do Guaporé, a 531 km de Cuiabá, fundada em 1719. Outras povoações surgiram para consolidar a ocupação lusitana, como Chapada dos Guimarães (1751), Poconé (1777) e Cáceres (1778).

No decorrer da segunda metade do século XIX, com o desbravamento da selva amazônica – para abrir caminho até o Pará – e a intensificação do comércio em Goiás, Mato Grosso ganhou contornos atuais.

O MATO-GROSSENSE

Desde o início da ocupação do território, o tipo humano regional é marcado pela convivência com o ambiente selvagem. Mato Grosso sempre foi um lugar de gente que enfrenta a vida com coragem, numa combinação impar de destemor, valentia e capacidade de adaptação – o destemor dos aventureiros e expedicionários que exploraram o território, a valentia dos temíveis guerreiros guaicurus e paiaguás e a capacidade de adaptação ao vaivém das águas exigida ao homem pantaneiro.

Seja na paisagem alagadiça do Pantanal, na exuberância da Floresta Amazônica ou na aridez do Cerrado, sua principal característica é viver de acordo com os ritmos e os ciclos da natureza.

O mato-grossense atual é resultado da integração das

várias culturas formadoras de sua identidade: índios, negros, espanhóis, portugueses e, no último século, brasileiros de outras regiões - o estado é um dos principais destinos de



quem busca um recomeço: 41,4% dos moradores nasceram em outras partes do país ou no exterior.

Os indígenas têm presença marcante. Mais de 28 mil índios, de 38 diferentes etnias, vivem em 58 territórios demarcados. Esses territórios correspondem a 12,8% da área total de Mato Grosso. O Parque Indígena de Xingu, que ocupa 27 mil km² no Norte do estado, foi o primeiro território indígena criado no Brasil, em 1961. Nele vivem 5.500 indígenas de 14 etnias.

PANTANAL

Um dos mais belos e surpreendentes cenários naturais do país, o Pantanal tem 200 mil km² - dois terços dessa área no lado brasileiro e o restante no Paraguai e na Bolívia. Um



terço da porção brasileira está situado no Mato Grosso – a região é conhecida como Pantanal Norte e abrange o território de 10 cidades do Sudoeste do estado.

Com grande biodiversidade, o Pantanal é um dos mais importantes patrimônios naturais do Brasil. Cercado por serras constitui-se numa depressão que vive sob influência das águas – é a maior área de inundação periódica das Américas. Ali, há uma extraordinária concentração de vida



selvagem – ao todo, são 650 espécies de aves, mais de 200 de peixes e de 80 de mamíferos. É o melhor local para observação de aves do país e um dos melhores do planeta.

ECOSSISTEMAS EM MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso é muito rico em biodiversidade, pois compreende três biomas brasileiros em seu território: A Amazônia é o mais abrangente, com 480.215 Km² (53,6%), o Cerrado ocupando 354.823 km² (39,6%) e o Pantanal, com 60.885 km² (6,8%), sendo este último considerado patrimônio da humanidade e reserva da biosfera.



MARCO REGULATÓRIO QUANTO AS QUESTÕES HÍDRICAS

No âmbito do Estado de Mato Grosso a Lei nº. 6.945/97 que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos, assim como à nacional têm como objetivos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Nesta Política foram instituídas as diretrizes, princípios e instrumentos necessários à Gestão de Recursos Hídricos no Estado e ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos, composto pelo Órgão Coordenador/Gestor, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO e pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM MATO GROSSO

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Órgão de decisão colegiada, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e tem como missão garantir as diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos deliberando, no âmbito de sua competência, sobre as normas e padrões compatíveis com um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é um órgão colegiado que reúne representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e de setores usuários da água, e que tem como meta discutir a gestão dos recursos hídricos no Estado e propor resoluções para otimizar a sua

utilização e também evitar o surgimento de conflitos futuros. O CEHIDRO foi instituído pela Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 2.707, de 28 de julho de 2010 tendo atribuições consultivas, deliberativas, normativas e recursais. Encontra-se ativo desde o ano de 2003, sendo anteriormente regulamentado pelos Decretos nº 3.952, de 06 de março de 2002 e nº 6.822, de 30 de novembro de 2005, revogados pelo Decreto atual.

A função de órgão Coordenador/Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos é exercida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT por meio da Superintendência de Recursos Hídricos – SURH, que conta com a seguinte estrutura:

Superintendência de Recursos Hídricos - atua no nível de execução programática e tem como missão assegurar oferta de recursos hídricos em quantidade e qualidade na rede hidrográfica do Estado, promovendo a gestão integrada, descentralizada e participativa dos mesmos com excelência técnica.

Coordenadoria de Ordenamento Hídrico - tem como missão ordenar os recursos hídricos do Estado de maneira participativa, visando sua conservação.

Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica - tem como missão propiciar a gestão integrada, descentralizada e participativa das águas, através dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos - tem como missão promover o uso racional dos recursos hídricos para usos múltiplos.

Gerência de Outorga - tem como missão controlar através do ato de Outorga a utilização dos recursos hídricos, visando os usos múltiplos.

Gerência de Água Subterrânea - tem como missão controlar através do ato de Outorga a utilização das águas subterrâneas visando estabelecer o volume explotável de um aquífero ou parte dele de maneira sustentável.

ÁGUA EM MATO GROSSO

Mato Grosso é considerado produtor de água, pois nele estão inseridas as nascentes dos principais rios que compõem as Regiões Hidrográficas Amazônica, Tocantins-Araguaia e Paraguai. Tendo esta importante configuração hídrica, sua responsabilidade é maior quanto à execução de ações que garantam a manutenção da quantidade e qualidade das águas, requerendo assim um efetivo gerenciamento, de forma integrada, participativa e descentralizada.



REGIÕES HIDROGRÁFICAS

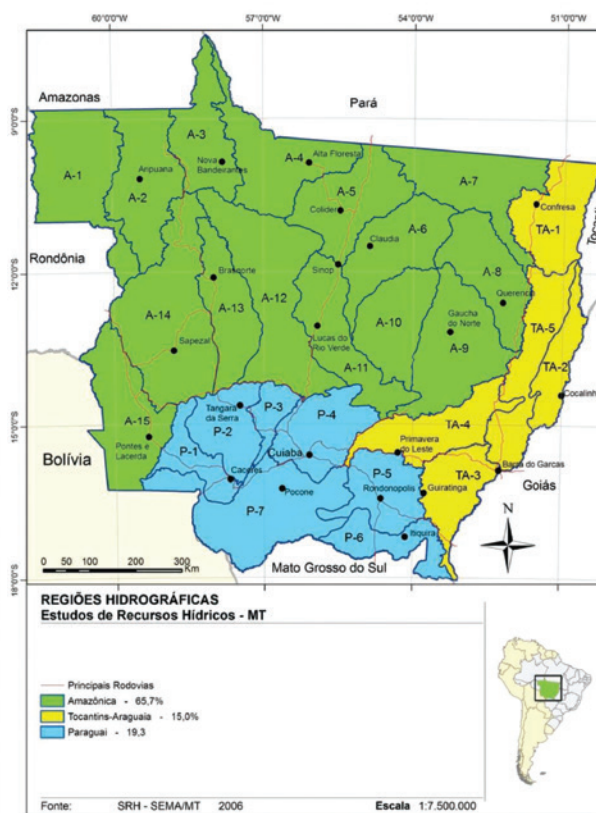
O Brasil é dividido em 12 Regiões Hidrográficas definidas pela Resolução nº. 32 de 25 de Outubro de 2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e dessas, três estão inseridas em território Mato-grossense:



VENHA NOS VISITAR!

Poucos lugares no planeta possuem tamanha riqueza natural como no Mato Grosso. É o único território no mundo a abrigar 3 biomas: Amazônia, Pantanal e Cerrado. Todos esses ecossistemas, juntamente com as belezas do Araguaia, têm atraído milhares de turistas de todos os cantos do planeta que buscam viver intensas emoções e novas experiências em nossos rios, cachoeiras, sítios arqueológicos e chapadões. Visite Mato Grosso e descubra os encantos dessa terra linda por natureza.

DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO EM UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO



- AMAZÔNICA**
A1 - Roosevelt
A2 - Aripuanã
A3 - Baixo Juruena
A4 - Baixo Teles Pires
A5 - Médio Teles Pires
A6 - Manissauá-Miçú
A7 - Médio Xingu
A8 - Suiá-Miçú
A9 - Alto Xingu
A10 - Ronuro
A11 - Alto Teles Pires
A12 - Arinos
A13 - Sangue
A14 - Alto Juruena
A15 - Guaporé
- PARAGUAI**
PA1 - Jaurú
PA2 - Alto Paraguai Médio
PA3 - Alto Paraguai Superior
PA4 - Alto Rio Cuiabá
PA5 - São Lourenço
PA6 - Correntes - Taquari
PA7 - Paraguai - Pantanal
- TOCANTINS-ARAGUAIA**
TA1 - Baixo Araguaia
TA2 - Médio Araguaia
TA3 - Alto Araguaia
TA4 - Alto Rio das Mortes
TA5 - Baixo Rio das Mortes

Razões para você visitar Mato Grosso, a passeio ou a negócios

- 1 Sua formação em planalto contempla uma série de chapadas com até 800 metros de altura;
- 2 Rico em biodiversidade e vida selvagem;
- 3 Extensão territorial continental com 903.358,908 km² (tamanho da França e Alemanha juntas);
- 4 É o maior produtor de grãos do Brasil;
- 5 2º produtor de biodiesel do país;
- 6 6º maior exportador do Brasil;
- 7 Maior produtor de ouro e diamante do país;
- 8 Maior rebanho bovino do Brasil, com quase 30 milhões de cabeças de gado;
- 9 2º estado brasileiro em potencial hídrico;
- 10 Mantém 2/3 do território preservado;
- 11 A capital Cuiabá é uma das sedes da Copa do Mundo da FIFA em 2014.

PROGRAMAÇÃO DO XIV ENCOB www.encob.org

Centro de Eventos do Pantanal – Cuiabá/MT – 4 a 9 de novembro de 2012



ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS CUIABÁ/MT

04/11/2012 - Domingo

09:00 às 18:00 Seminário “Água, Comunicação e Sociedade” – pela Agência Nacional de Águas
14:00 às 18:00 Reunião do Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso – 1ª parte
CEHIDRO, Comitês de Bacias Hidrográficas, SEMA/MT
20:00 Coquetel de Confraternização

05/11/2012 - Segunda Feira

07:00 às 17:00 Credenciamento:
XIV ENCOB Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e
Encontro Estadual do Sistema de Recursos Hídricos
e dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Mato Grosso
Workshop de fomento: Comitês de Bacia do Estado e Ministério Público
08:30 às 09:30 Abertura Solene do Encontro Estadual
09:30 às 12:30 Encontro Estadual do Sistema de Recursos Hídricos
Seminário: “Regulação e Sustentabilidade dos Recursos Hídricos do Mato Grosso”
Coordenação: Ministério Público. Público alvo específico: Promotores de Justiça da Defesa Ambiental
14:30 às 18:00 Encontro Estadual do Sistema de Recursos Hídricos
Oficina: Saneamento e Recursos Hídricos
Plano de Bacia e Plano de Saneamento para 2013
Coordenação: SECID/MT e SEMA/MT
Público alvo: representantes de Prefeituras do Estado do Mato Grosso, FUNASA.
09:00 às 18:00 Seminário de Recursos Hídricos da América do Sul e Caribe
Coordenação: REBOB / RELOC
Reunião do FNOGA – Fórum de Órgãos Gestores das Águas - Brasil
Coordenação: FNOGA
12:30 às 14:30 Intervalo para Almoço
16:00 às 16:15 Intervalo para Café
19:30 Abertura Solene do
XIV ENCOB Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e do
Encontro Estadual do Sistema de Recursos Hídricos
e dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Mato Grosso

06/11/2012 - Terça Feira

08:30 às 12:30 Cursos e Oficinas de Capacitação
Intervalo para café entre 10:00 e 10:30 horas
MINICURSO 1
Noções Gerais da Gestão de Recursos Hídricos
Professor: Marco Neves
MINICURSO 2
Técnica de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos
Professor: Victor Sucupira
MINICURSO 3
Educação Ambiental para a Gestão dos Recursos Hídricos
Professor: Sandro Tonso
MINICURSO 4
Plano de Bacia como Instrumento estratégico de sustentabilidade dos Recursos Hídricos
Professor: Ney Maranhão
MINICURSO 5
Gestão Integrada: Águas superficiais e Águas Subterrâneas
Professor: (a definir)
I Seminário de Recursos Hídricos da América do Sul e Caribe
Coordenação: REBOB / RELOC
Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso
Coordenação: SEMA/MT
Oficina Adaptação às Mudanças Climáticas na Gestão dos Recursos Hídricos
Coordenação: WWF
Encontro dos Comitês Inter-Estaduais
Coordenação: ANA
Reunião da Bacia do Rio da Prata
Coordenação: FNCBH
Reunião do FNOGA – Fórum de Órgãos Gestores das Águas - Brasil
Coordenação: FNOGA
12:30 às 14:30 Intervalo para almoço
14:30 às 15:30 Conferência 1
“O valor econômico da água: a influência da Política de Recursos Hídricos na Gestão Ambiental”
15:30 às 17:30 Apresentação de 3 Experiências / Boa Prática de Recursos Hídricos por Comitês de Bacia
16:30 às 17:00 Intervalo para café
17:30 às 19:00 Debates em plenário pelos participantes sobre as experiências/boa prática apresentadas
19:00 às 20:00 Atividade Cultural, ver programação no dia

07/11/2012 - Quarta Feira

08:30 às 12:30 Cursos e Oficinas de Capacitação
Intervalo para café entre 10:00 e 10:30 horas
MINICURSO 1
Noções Gerais da Gestão de Recursos Hídricos
Professor: Marco Neves
MINICURSO 2
Técnica de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos
Professor: Victor Sucupira
MINICURSO 3
Educação Ambiental para a Gestão dos Recursos Hídricos
Professor: Sandro Tonso
MINICURSO 4
Plano de Bacia como Instrumento estratégico de sustentabilidade dos Recursos Hídricos
Professor: Ney Maranhão
MINICURSO 5
Gestão Integrada: Águas superficiais e Águas Subterrâneas
Professor: (a definir)
Oficina Adaptação às Mudanças Climáticas na Gestão dos Recursos Hídricos
Coordenação: WWF
Encontro dos Comitês Inter-Estaduais
Coordenação: ANA
Reuniões de Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Coordenação: MMA
12:30 às 14:30 Intervalo para almoço
14:30 às 15:30 Conferência 2
“Educação Ambiental e sua interface com a Gestão das Águas”
15:30 às 17:30 Apresentação de 3 Experiências / Boa Prática de Recursos Hídricos por Comitês de Bacia
16:30 às 17:00 Intervalo para café
17:30 às 19:00 Debates em plenário pelos participantes sobre as experiências/boa prática apresentadas
19:00 às 20:00 Atividade Cultural, ver programação no dia

08/11/2012 - Quinta Feira

08:30 às 12:30 Cursos e Oficinas de Capacitação
Intervalo para café entre 10:00 e 10:30 horas
MINICURSO 1
Noções Gerais da Gestão de Recursos Hídricos
Professor: Marco Neves
MINICURSO 2
Técnica de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos
Professor: Victor Sucupira
MINICURSO 3
Educação Ambiental para a Gestão dos Recursos Hídricos
Professor: Sandro Tonso
MINICURSO 4
Plano de Bacia como Instrumento estratégico de sustentabilidade dos Recursos Hídricos
Professor: Ney Maranhão
MINICURSO 5
Gestão Integrada: Águas superficiais e Águas Subterrâneas
Professor: (a definir)
Reunião de Debates: A integração das Políticas de Irrigação e Recursos Hídricos
Coordenação: MMA
Reuniões de Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Coordenação: MMA
12:30 às 14:30 Intervalo para almoço
14:30 às 16:30 Mesa de Diálogo
“O papel e importância da Sociedade Civil na Gestão das Águas”
Um mediador e quatro debatedores
Debates em plenário
16:30 às 17:00 Intervalo para café
17:00 às 18:00 Apresentação de 2 Experiências / Boa Prática de Recursos Hídricos por Comitês de Bacia
18:00 às 19:00 Debates em plenário pelos participantes sobre as experiências/boa prática apresentadas
19:00 às 20:00 Atividade Cultural, ver programação no dia

09/11/2012 - Sexta Feira

09:00 às 13:00 Assembleia Geral anual dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil

ÁGUAS DO BRASIL

revista on-line

visite:

www.issuu.com/aguasdobrasil

Confira como é fácil acessar e compartilhar nossa revista na internet:

- 1 **Acesse:**
www.issuu.com/aguasdobrasil
e clique na miniatura da edição desejada.



- 2 **Explore:**
com um duplo clique você
poderá ampliar a imagem para
melhor leitura.



- 3 **Compartilhe:**
Clicando no ícone "e-mail"
(próximo as miniaturas de
páginas) você poderá
compartilhar a revista nas
redes sociais ou
encaminhar para por
e-mail.





ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS CUIABÁ/MT

COMITÊS DE BACIAS: TRABALHANDO SOLUÇÕES PARA
A SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DAS ÁGUAS

04 a 09 DE NOVEMBRO DE 2012
CENTRO DE EVENTOS PANTANAL



ORGANIZAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS



PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO



A MARCA REFERÊNCIA EM EVENTOS

VENCEDORA DO PRÊMIO CAIO DA DÉCADA NA CATEGORIA JACARÉ DE OURO

Ao longo de sua trajetória de 18 anos no mercado de eventos a Prática Eventos agregou competências ao seu portfólio realizando ações como promoção de eventos próprios, feiras e exposições, produção e organização de eventos, congressos nacionais e internacionais, workshops, palestras, shows, eventos e festas corporativas, convenções, lançamento de produtos, reuniões de negócios, encontros comerciais / rodadas de negócios, programas de incentivos e assessoria na elaboração de arquitetura promocional e ambientação de eventos.